

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES, SEGURANÇA E DEFESA

2014/2015



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PORTUGAL, A ARQUITETURA DE SEGURANÇA
DA ÁFRICA AUSTRAL E A GUERRA FRIA (1945-1975).
DO ESTADO DA ARTE ÀS GRANDES QUESTÕES.**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE
A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA
RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS
ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**PORTUGAL, A ARQUITETURA DE SEGURANÇA
DA ÁFRICA AUSTRAL E A GUERRA FRIA (1945-1975).
DO ESTADO DA ARTE ÀS GRANDES QUESTÕES.**

João Manuel Pinto Correia

**Dissertação de Mestrado em Ciências Militares
Segurança e Defesa**

PEDROUÇOS 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

PORTUGAL, A ARQUITETURA DE SEGURANÇA DA ÁFRICA AUSTRAL E A GUERRA FRIA (1945-1975). DO ESTADO DA ARTE ÀS GRANDES QUESTÕES.

João Manuel Pinto Correia

**Dissertação de Mestrado em Ciências Militares
Segurança e Defesa**

Orientador: Tenente Coronel Luís Fernando Machado Barroso

Coorientador: Tenente Coronel Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira

PEDROUÇOS 2015



Agradecimentos

Agradeço ao Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), pela oportunidade que me proporcionou para terminar um caminho iniciado com o Curso de Estado-Maior Conjunto 2013-14 e agora traduzido nesta dissertação. Esta etapa final não teria sido possível sem o contributo assinalável de um conjunto de personalidades.

Assim, começo por manifestar um profundo agradecimento e gratidão ao meu orientador, Tenente-Coronel Luís Barroso, de quem obtive magníficos contributos para o conhecimento, bem como o apoio incansável, a amizade, e também a compreensão.

Ao meu coorientador, Tenente-Coronel Rui Vieira, endereço um obrigado especial por ter aceitado associar-se a este projeto, e também pela sua visão pragmática e ponderada, bem como pela camaradagem.

Agradeço à Professora Doutora Teresa Rodrigues, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), pelo excelente aconselhamento, bem como pelos contributos conceituais e metodológicos.

Também à Professora Doutora Alexandra Magnólia Dias da FCSH/UNL, o meu obrigado pelos artigos sobre a Guerra Fria e pelos contactos fornecidos do Departamento da Guerra Fria da *London School of Economics*.

Agradeço ao meu camarada e amigo, Major Carlos Batalha, da Área de Ensino de Estratégia do IESM, pelos contributos bibliográficos e pelo entusiasmo contagiante.

Finalmente, endereço um agradecimento emocionado à minha família: à Ana, o meu alicerce emocional, pelo seu apoio, compreensão e presença constantes; à Inês e à Maria, a minha fonte inesgotável de inspiração, por simplesmente brilharem; à Alzira e ao Armando, pelo carinho e disponibilidade permanentes; e aos meus pais, pelo seu exemplo, força e resiliência. Ao meu pai, a quem pedi que nunca desistisse de lutar pela vida!

Bem hajam!



Índice

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 1 |
| 1. Referencial Teórico | 10 |
| a. A Guerra Fria enquanto ambiente internacional | 10 |
| b. A segurança e as teorias da paz regional | 12 |
| c. A segurança e o Estado-Nação. Da identidade nacional à ação estratégica..... | 14 |
| 2. Estado da arte | 17 |
| a. Aspectos gerais..... | 17 |
| (1) Abordagem..... | 17 |
| (2) O que é a África Austral?..... | 17 |
| b. Os conceitos, o estado da arte e o objeto..... | 18 |
| (1) Os EUA e a luta contra o comunismo..... | 18 |
| (a) Angola..... | 20 |
| (b) Moçambique | 24 |
| (2) Portugal e o “Reduto Branco”..... | 26 |
| Conclusões..... | 33 |

Índice de Anexos

Anexo A – África Austral – Mapas e cronologia da descolonização

Índice de Apêndices

Apêndice A – Estrutura e modelo de análise

Apêndice B – Contributos concetuais adicionais e aspetos de contexto



Índice de Figuras

| | |
|---|-----------|
| Figura nº 1 – O envolvimento..... | 27 |
| Figura nº 2 – O assalto..... | 27 |
| Figura nº 3 – O último reduto. | 27 |
| Figura nº 4 – Mapa de África em 1947. | Anx A - 1 |
| Figura nº 5 – Datas da independência dos países africanos (após descolonização).Anx A - 2 | |
| Figura nº 6 – Cronologia da descolonização. | Anx A - 3 |
| Figura nº 7 – Estrutura e modelo de análise da investigação. | Apd A - 1 |

Índice de Quadros

| | |
|--|-----------|
| Quadro nº 1 – Portugal na África Austral visto pelos vários estados e pelo regime. | 8 |
| Quadro nº 2 – Variáveis que caracterizam as formas de manifestação de uma arquitetura de segurança. | Apd B - 5 |
| Quadro nº 3 – Critérios para classificação das decisões e sua definição..... | Apd B - 8 |



Resumo

Esta investigação tem como objetivo sintetizar o estado do conhecimento e gerar novas perspetivas orientadas para o papel de Portugal na arquitetura de segurança da África Austral no período compreendido entre 1945 e 1975, no qual acreditamos que, ao resistir à descolonização e ao adotar uma estratégia de aproximação à África do Sul e à Rodésia no início da década de 1960, Portugal foi determinante para a globalização da Guerra Fria. Recorrendo a uma abordagem dedutiva, concluímos que existiu uma arquitetura de segurança na forma de complexo, com dois períodos distintos (1945-1960 e 1960-1975), e que a estratégia portuguesa uniu o Atlântico-Norte ao Atlântico-Sul ao cooptar os EUA para a defesa do “reduto branco”. A investigação gerou novas questões centradas nas consequências securitárias resultantes do fim da presença portuguesa na África Austral, e também na clarificação do papel securitário de outros atores no período 1945-1975.

Palavras-Chave:

Portugal, Angola, arquitetura de segurança, África Austral, Guerra Fria.

Abstract

This research aims to synthesize the state of knowledge and generate new perspectives towards the role of Portugal in the Southern African security architecture between 1945 and 1975, in which we believe that, by resisting to decolonization and adopting an approaching strategy to South Africa and Rhodesia at the beginning of 1960 decade, Portugal was decisive for the globalization of the Cold War. By using a deductive approach one concludes that there was a security architecture in the form of complex with two distinguished periods (1945-1960 and 1960-1975), and that portuguese strategy joined the South and North-Atlantic by co-opting the USA to the defense of the "white redoubt". The research generated new questions centered on the security consequences resulting from the portuguese exit from Southern Africa, and also on clarification of other actors' security role on 1945-1975 period.

Key Words:

Portugal, Angola, security architecture, Southern Africa, Cold War.



Lista de abreviaturas

A

ALCORA *Astral Concept for Africa*

B

BOSS *Bureau of State Security*

C

C2 Comando e controlo

CIA *Central Intelligence Agency*

COREMO Comité Revolucionário de Moçambique

CSNU Conselho de Segurança das Nações Unidas

D

DUI Declaração Unilateral de Independência

E

EUA Estados Unidos da América

EFTA *European Free Trade Agreement*

F

FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique

K

KGB *“Komitet Gosudarsvennoi Bezopasnosti” (Committee for State Security; USSR)*

M

MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola

N

NU Nações Unidas

NSSM *National Security Study Memorandum*

O

OE Objetivos específicos

ONU Organização das Nações Unidas

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA Organização de Unidade Africana

P

PCDAA Plano de Contingência para a Defesa da África Austral

PCP Partido Comunista Português

R

RAS República da África do Sul

RENAMO Resistência Nacional Moçambicana

RI Relações Internacionais



S

| | |
|-------|--|
| IIGM | Segunda Guerra Mundial |
| SI | Sistema Internacional |
| SWAPO | <i>South African People's Organization</i> |

U

| | |
|-------|---|
| UNITA | União Nacional para a Independência Total de Angola |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

Z

| | |
|------|--|
| ZANU | <i>Zimbabwe African National Union</i> |
| ZAPU | <i>Zimbabwe African People's Union</i> |



Introdução

“Num mundo bipolar não há periferias.”

(Waltz, 2011, p. 236)

Em abril de 1974, a queda do regime em Portugal teve como efeito uma luta pelo poder e independência dos territórios de Angola e Moçambique, conduzida por movimentos que, durante vários anos, haviam sido apoiados pelas grandes potências na sua ação subversiva contra o estado (Onslow, 2008, p. 1). Consequentemente, em Angola, entre a Primavera e o Verão de 1975, o conflito agravou-se, com a intervenção direta de forças zairenses, em apoio da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e a intensificação do apoio militar ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) pelos soviéticos (Sá, 2011, pp. 215-220). Procurando evitar que o MPLA tomasse o poder, os Estados Unidos da América (EUA) apoiaram diretamente uma operação da República da África do Sul (RAS) naquele território (Onslow, 2009, p. 42). Esta ação, que juntou as grandes potências, foi a sequência lógica de um arranjo securitário edificado na África Austral, a partir da década de 1960, e que integrava a RAS, como potência dominante, Portugal e a Rodésia do Sul. No seu conjunto, estes países, que constituíam o “reduto branco”, estiveram na origem do *Astral Concept for Africa* (ALCORA).

É neste contexto que surge esta investigação, enquadrada na área dos estudos de segurança e estratégia¹, cujo **objetivo geral** é sintetizar o estado do conhecimento e gerar novas perspetivas de investigação orientadas ao papel de Portugal na arquitetura de segurança da África Austral no período compreendido entre 1945 e 1975, no qual acreditamos ter sido central para a globalização² da Guerra Fria. Para alcançarmos este objetivo, tendo a segurança como elemento central, vemos como essencial um recurso à teoria. Segundo Trachtenberg (2006, pp. 26-29) e Walt (2005, pp. 28-34), a teoria serve como diagnóstico, pois dá-nos uma interpretação histórica dos acontecimentos e facilita um entendimento do passado.

A Guerra Fria designa o período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (IIGM), que ficou caracterizado por grandes mudanças geopolíticas, geoestratégicas e pelo surgimento

¹ Podemos ainda contextualizar esta investigação no domínio das relações externas, da história diplomática e da política internacional (Wright, 1942, pp. 701-714).

² “Globalização” enquanto processo de externalização, ou deslocalização, da Guerra Fria para outros continentes.



de uma nova ordem mundial bipolarizada, a terceira em toda a história³ (Kaufman, et al., 2007, p. 248). No plano securitário, destaca-se a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 25 de outubro de 1945, condicionada pela sua natureza dualista, ou seja, face a uma Assembleia Geral e ao seu paradigma da segurança coletiva, sobrepunha-se o Conselho de Segurança (CSNU)⁴ e o paradigma da balança de poder, onde o direito de veto promovia os interesses das potências nucleares. Portugal seria vítima disso, quando em 1946 quando viu vetada a sua adesão à ONU pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), conseguindo-a uma década depois integrada num acordo entre as superpotências (Silva, 1995, p. 5).

África não ficou alheia às mudanças trazidas pela IIGM e foi palco de grandes agitações. Os impérios coloniais europeus foram afetados, no seu todo, pela profunda mutação do contexto internacional, tanto ao nível político como ao nível ideológico. O conflito fez a Europa perder a presunção de ser o “cérebro e o coração do mundo”⁵ (Alexandre, 2005, pp. 39-40). A primeira manifestação deste novo espírito (anticolonialista) foi a “Carta do Atlântico”, assinada em 1941 por Churchill e Roosevelt. Entre outros princípios, este documento, que constituiu um primeiro passo para a Carta das Nações Unidas, estabelecia o direito à autodeterminação dos povos. Este aspeto foi um indicador de algumas posições tomadas em relação ao colonialismo, nomeadamente pela ONU e pelos EUA a partir da década de 1950 (Teixeira, 1993, p. 59).

Segundo Gaddis (2010, pp. 7-9), a Guerra Fria surgiu, entre outras causas, devido à estratégia de *containment* (defensiva) adotada pelos EUA em reação à política agressiva e expansionista da URSS. Para Rodrigues (2010, p. 2), o Plano *Marshall* e o *National Security Act*, em 1947, o pacto de Bruxelas, em 1948, e a criação da OTAN e da República Federal Alemã, em 1949, foram contrarreações. A lógica expansionista e de projeção de poder da Guerra Fria moldou política, cultural e socialmente os países do terceiro mundo⁶. Westad (2007, p. 3) afirma que estes países seriam hoje bem diferentes, caso não tivessem sido alvo dessa influência.

Neste contexto, África constituiu-se como um tabuleiro apetecível para jogos de poder e influência. A partir da década de 1950, as potências europeias que ali tinham

³ As anteriores foram em 340-330 a.C., que opôs os macedónios aos persas, e em 1520-1559, que opôs os impérios Habsburgo e Otomano.

⁴ Constituído pelos vencedores da IIGM.

⁵ Discurso de Salazar em 22 de maio de 1939 (Oliveira, 1943, p. 139).

⁶ O termo é originariamente francês, *tiers monde*, da autoria de A. Sauvy, em 1952. O terceiro mundo está também associado a estados “subordinados” ou colonizados (Greene, 1980, pp. 13-16).



possessões (especialmente França, Bélgica, Inglaterra e Portugal) viram-se confrontadas com movimentos de autodeterminação, influenciados e apoiados pelos EUA, China e URSS.

Até ao início da IIGM, Portugal era visto, pelos americanos como um país periférico sob tutela britânica, cuja aliança, firmada por tratado em 1373, era a trave-mestra da sua política externa para proteção do seu vasto império ultramarino. A importância da Base das Lajes levou a que Portugal, após a IIGM, caísse na malha estratégica dos EUA⁷, um estado de graça que perdurou até à década de 1960 (Antunes, 2013, pp. 14-20).

Para Rodrigues (2003), uma recusa na concessão das Lajes aos americanos poderia pôr em risco a manutenção do império colonial, ou mesmo do regime. Por esta razão, como afirma Rosas (1994, pp. 314-320), registou-se uma evolução na neutralidade portuguesa na IIGM, de início mais efetiva e, nos anos finais, mais “colaborante”⁸. Para tal, contribuiu a pressão inglesa, a utilização da Base das Lajes pelos EUA e o embargo da exportação de volfrâmio. Telo (1987, p. 469) refere que a utilização dos arquipélagos pelos EUA revela a maneira como a Inglaterra aceitou a passagem do domínio do Atlântico para os americanos.

As manobras diplomáticas de Salazar junto da Inglaterra serviram também para procurar a neutralidade ibérica⁹, fazendo valer que conservar a Espanha neutral seria o melhor serviço prestado à Inglaterra e também à França (Pereira, 2012, p. 198). Contudo, o elemento essencial desta neutralidade peninsular foram os Açores (Andrade, 2008, p. 132). A entrada de Portugal para a OTAN, em 1949, evidenciou a importância do triângulo estratégico português para os planos militares da Aliança Atlântica no reforço rápido da Europa (Teixeira, 1993, p. 79). Este posicionamento geoestratégico europeu, associado à capacidade diplomática portuguesa, permitiram a manutenção das províncias ultramarinas até meados da década de 1970 e transformaram Portugal no país europeu que mais resistiu à descolonização. Barroso (2013, p. 11 e 28) destaca que as possessões ultramarinas portuguesas eram consideradas fulcrais para a manutenção do regime e para fazer valorizar Portugal no esquema securitário Ocidental liderado pelos EUA. Um dos indicadores dessa importância, e da perceção de Salazar acerca do mundo, surgiu com a revisão de 1951 da Constituição, onde os termos “império” e “colónia” passaram a designar-se “províncias”.

⁷ Contudo, esta ligação iniciou-se em 1917, quando os EUA criaram a primeira base nos Açores, a Base Naval de Ponta Delgada, para apoiar a transferência de forças americanas para França (Bradford, 2010, p. 25).

⁸ Termo utilizado por Adriano Moreira (1967).

⁹ Em março de 1939, Portugal e Espanha assinaram um tratado de amizade e de não-agressão, o Pacto Ibérico (Antunes, 2013, p. 17).



Em 1950, a África Austral¹⁰ era constituída por Angola, Moçambique, Tanganica (Tanzânia), Rodésia do Norte (Zâmbia), Rodésia do Sul (Zimbábue), Niassalândia (Malawi), Bechuanalândia (Botswana), África do Sudoeste (Namíbia), Congo e a RAS (Ngoma, 2005, p. xix). A RAS era considerada o polo das dinâmicas geopolíticas da África Austral. Desde logo procurou assumir-se como uma potência regional com ligações ao Ocidente, facto de que resultou uma tentativa gorada de adesão à OTAN (Dubow, 2014, p. 50). Porém, o seu papel deve merecer destaque. Segundo Barroso (2013, pp. 44-46), a RAS juntamente com a Inglaterra, promoveu um estreitamento de relações com as potências coloniais europeias no âmbito da defesa de África ao Sul do Sahara e tentou incluir os EUA, pelo seu peso na luta contra a expansão comunista. Os esforços diplomáticos de Pretória viriam a agitar as águas em 1951 e 1954, nas Conferências de Defesa de Nairobi e Dacar, respetivamente.

As manifestações de oposição ao colonialismo iniciaram-se na década de 1950. Em 1955, a Conferência de Bandung¹¹ trouxe a bandeira da autodeterminação dos povos nos territórios não autónomos, que foi encarada pela URSS e pela China como uma janela de oportunidade para uma manobra de influência na adesão destes ao regime comunista. No caso de Moçambique, a URSS e a China garantiram apoio a diferentes fações da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a China apoiou ainda o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)¹². Para Noer (1985, p. 110), estas divisões no apoio entre a Rússia e a China refletem a intenção chinesa em demonstrar superioridade na sua ideologia. Relativamente a Angola, a FNLA e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) tinham ligações com a China e o MPLA com a URSS e Cuba (Zacarias, 1999, p. 77).

A crise do Suez, ocorrida em 1956, materializou o início da influência soviética em África (Barroso, 2013, p. 60). Ao perceberem esta influência sobre Nasser, os EUA¹³, recusaram-se intervir militarmente contra este, na sua ambição de nacionalizar o Canal. Este aspeto demonstrou uma ascendência americana sobre os seus aliados, França e Inglaterra, e conferiu estatuto e prestígio aos americanos no seio do terceiro mundo (McDermott, 1998, pp. 135-136). A hegemonia inglesa, criada pelas guerras napoleónicas, terminava cedendo lugar à hegemonia americana (Telo, 1996, p. 18). Este acontecimento traduziu-se num momento de viragem por várias razões. Em primeiro lugar, o golpe desferido nas principais

¹⁰ Ver anexo A.

¹¹ Base para a criação da Organização de Unidade Africana (OUA) em maio de 1963.

¹² Grupo antissoviético dissidente da FRELIMO, formado em 1965 (Shinn & Eisenman, 2012, p. 335).

¹³ Quando tiveram conhecimento que o Egito se havia ligado à URSS, os EUA e a Inglaterra cortaram o financiamento da barragem de Assuão (CIA, 1957, pp. 5-6).



potências colonizadoras europeias ditou uma transferência de poder da Europa para os dois blocos, acelerando a descolonização em África, nomeadamente a partir década de 1960. Em segundo lugar, era o prenúncio de que África se preparava para ser um importante tabuleiro da Guerra Fria. Consequentemente, a independência de Congo belga, em 1960, acelerou a tomada de posição das potências colonizadoras, afetando especialmente Portugal (Santiago, 2012, p. 22).

Em 4 de fevereiro de 1961, grupos nacionalistas angolanos atacaram as prisões civis e militares da cidade de Luanda. Com este evento, a questão colonial portuguesa passou para o primeiro plano do CSNU e ditou o início da guerra colonial (Rodrigues, 2006, p. 63). Consequentemente, em 20 de abril, após vários ataques à postura portuguesa em manter as colónias, a ONU¹⁴ aprovou a resolução 1603 (XV), com o voto favorável dos EUA, que pedia a Portugal que considerasse a introdução de reformas em Angola, de acordo com anteriores resoluções¹⁵, que afirmavam o direito à autodeterminação e definiam Angola como um território não-autónomo. A descolonização tornara-se irreversível, dissipavam-se as resistências belga, francesa e espanhola, e só o governo português permaneceria intransigente (Silva, 1995, pp. 7-8). Uns dias antes, em 13 de abril, Salazar discursava sobre a firme convicção de resistir ao anticolonialismo com a célebre frase “...para Angola, rapidamente e em força”, indiciando a inevitabilidade de um conflito armado (Nogueira, 1977, p. 154). Nesse mesmo dia, Salazar enfrentou uma tentativa de golpe de estado, liderada pelo General Botelho Moniz, e que viria a ficar conhecida por “abrilada”. Era o indício de que, também internamente teria que lidar com vontades opostas (Santos, 2007, p. 18).

A década de 1960 mostrou uma postura diferente dos EUA para com os assuntos africanos. A década anterior havia sido marcada pelo dilema África-Europa, ou seja, apoiar os europeus, arriscando a perda de África para o comunismo, ou apoiar os africanos, pondo em perigo a continuação das potências coloniais europeias na OTAN. Com a administração Kennedy, o comportamento dos EUA foi considerado hostil a Portugal, proibindo inclusivamente a venda de equipamento militar da OTAN que viesse a ser utilizado em África. Porém, existiam divisões quanto a esta postura, que eram o reflexo do dilema “África – Açores”. Seguiu-se Johnson e o Plano Anderson (1965)¹⁶, rejeitado por Salazar e, por fim,

¹⁴ Portugal tornou-se membro da ONU em 14 de dezembro de 1955.

¹⁵ Nomeadamente a nº 1514 (Declaração Anticolonialista) e a nº 1542 (Relatório dos Seis), ambas de dezembro de 1960.

¹⁶ Ver Rodrigues (2004).



Nixon que, como veremos mais tarde, se manifestou favorável aos regimes de minoria branca (RAS, Rodésia e Portugal) (Sá, 2011, pp. 25-37).

Westad (2007, pp. 134-136 e 207-210) sublinha que o aparecimento de novos estados e movimentos políticos em África, na década de 1960, os tornava permeáveis à influência comunista. Esta “liberdade” dada aos africanos levava os EUA a abrir mais uma frente na Guerra Fria. Também as NU, na sua luta anticolonial, eram um problema para os americanos. Consequentemente, nas décadas de 1960 e 1970 iniciou-se uma “guerra suja” conduzida pela *Central Intelligence Agency* (CIA) em vários países da África Austral, com destaque para o Congo, Angola e Moçambique¹⁷. A partir de meados da década de 1960, o foco da competição entre blocos deslocou-se do Norte e Centro de África para a região Austral, onde os “restos” do império português em Angola e Moçambique, e os estados de supremacia branca da RAS e Zimbabwe (Rodésia) se confrontavam com movimentos de guerrilha.

Angola era encarada pelos EUA como a colónia portuguesa mais estratégica e economicamente importante na costa Oeste da África Austral. Contudo, o desinvestimento português na educação e na economia inviabilizou o apoio americano à descolonização. Os EUA receavam que esta fraqueza levasse Angola e Moçambique a caírem na influência comunista, e que a perda das colónias pudesse precipitar a queda do regime em Portugal. Por seu lado, a RAS era importante para os EUA pelo seu anticomunismo, pelos recursos minerais, essenciais à indústria de defesa e pelos portos navais e bases para o programa espacial (Noer, 1985, pp. 6-13 e 98). Porém, na década de 1960 as relações entre os EUA, a RAS e Portugal, apresentaram algum desfasamento e ambiguidade (Barroso, 2013, p. 271). Na década seguinte, Nixon, que considerava a África Austral uma região estratégica, cooperou com os regimes brancos na introdução de reformas para conter os africanos. Contudo, esta relação caracterizou-se também pela ambiguidade e pela discrição para evitar a crítica internacional e a contestação interna (Minter, 1973, pp. 164-165).

A influência de ambos os blocos levou à escalada e generalização do conflito à escala continental, em que a luta pela autodeterminação foi o passo essencial (Saul, 1973, p. 315). Em 14 de outubro de 1970, Portugal assinou um acordo secreto, designado de “Exercício ALCORA”, com dois outros países de liderança branca, a RAS e a Rodésia do Sul¹⁸. Este

¹⁷ Ver Ray, et al (1982).

¹⁸ O “reduto branco” (Barroso, 2013).



pacto envolvia principalmente o domínio militar¹⁹ e tinha como objetivo preservar o poder nas mãos de Portugal, assegurando a derrota das guerrilhas de libertação nacional. O ALCORA era o culminar de um processo de cooperação iniciado em 1967. Contudo, já em 1960 existiam rumores sobre esta aliança militar secreta, que originaram queixas²⁰ na ONU (Afonso & Gomes, 2013, pp. 10-20). Segundo Barroso (2013, pp. 243, 282 e 334-340), entre 1961 e 1968, Portugal tentou levar a cabo uma estratégia diplomática com a RAS, a Rodésia do Sul, o Malawi e a Zâmbia, que lhe permitisse assegurar um lugar de relevo no futuro da África Austral. O início da guerra em Angola ditou uma aproximação da RAS a Portugal, que via Angola e Moçambique como uma “linha de defesa avançada”. Quanto ao Malawi, a manobra diplomática lançada em 1970 por Caetano visava manter este país estável, condição que interessava também à RAS. No caso da Zâmbia, as tentativas de aproximação saíram goradas, razão pela qual este país passou a ser visto como a porta de entrada da subversão na África Austral.

Em Angola e Moçambique, o fortalecimento dos movimentos de libertação teve o seu apogeu após o golpe militar de abril de 1974 em Portugal. O colapso do colonialismo português em África afetou dramaticamente a balança de poder na África Austral, trazendo a Guerra Fria para o terceiro mundo²¹. A RAS e a Namíbia perderam o seu *cordon sanitaire*²² e a Rodésia ficou cercada por estados da linha da frente. Consequentemente, Pretória resolveu adotar uma política de *détente* que perdurou até finais de 1975 (Dopcke, 1998, p. 137). Estas relações de causa-efeito levam-nos a questionar o que representava Portugal na África Austral para os seus principais autores, inclusive para o regime? O Quadro 1 reflete isso mesmo.

¹⁹ As conversações seriam inicialmente limitadas aos aspetos militares mas, posteriormente, seriam estendidas a outras áreas (Barroso, 2013, p. 306).

²⁰ Nomeadamente do presidente do Gana, Nkrumah e de Keneth Kaunda, líder do *United National Independent Party* da Rodésia do Norte (Zâmbia), posteriormente presidente deste país (Afonso & Gomes, 2013, p. 20).

²¹ Ver Walls (2015).

²² Ver Legun (1975, p. 5).



Quadro nº 1 – Portugal na África Austral visto pelos vários estados e pelo regime.

Fonte: Autor.

| O que representava Portugal na África Austral para... | |
|---|---|
| ... o regime de Salazar? | A sobrevivência do regime e do estado. A defesa do Atlântico Norte e Sul. |
| ... os EUA? | O anticomunismo e o posicionamento estratégico, nomeadamente de Angola. |
| ... a OTAN? | A continuação de um Portugal (fulcral para a Aliança) afastado do comunismo. |
| ... a URSS? | Um problema que limitava a propagação do comunismo e a “formação” de estados satélite. Impedia o posicionamento de forças estratégicas, bem como a monitorização das atividades militares dos EUA (nomeadamente em Angola) e da proliferação de armas nucleares na RAS. |
| ... a China? | Um espaço de influência a controlar, para o caso de deixar a sua coligação com os EUA e para impedir a URSS de ganhar ascendente sobre o terceiro mundo. |
| ... Cuba | O colonizador que impedia uma revolução social no povo angolano. |
| ... a RAS? | A sobrevivência do “reduto branco” e a “linha de defesa avançada”. |
| ... a Rodésia do Sul? | A sobrevivência do “reduto branco” e o acesso ao mar. |
| O que representava a RAS na África Austral para... | |
| ... os EUA? | O anticomunismo e os recursos minerais. |

Assim, definimos como **objeto da investigação** a arquitetura securitária estabelecida na África Austral, enquanto consequência da tomada de decisão político-diplomática e estratégica dos seus estados constituintes e intervenientes (com o foco em Portugal), e como causa da globalização da Guerra Fria.

É neste contexto que surge o nosso **problema**: Como é que Portugal, ao resistir à descolonização e ao enveredar por uma estratégia de aproximação à RAS e à Rodésia, pode ter contribuído para a globalização da Guerra Fria? Defendemos como argumento que, através da adoção de uma estratégia de aproximação à RAS e à Rodésia, materializada pelo ALCORA, Portugal uniu o Atlântico Norte com o Atlântico Sul ao cooptar os EUA para a defesa do “reduto branco”. Esse vínculo evidenciou-se através do apoio militar e económico recebido por Portugal, bem como pelas ações desencadeadas por estes atores, em Angola e Moçambique, após a queda do regime.

Para o efeito, **delimitámos** a investigação: temporalmente, ao período pós-IIGM até à independência de Moçambique e Angola, em 1975; e espacialmente, a Portugal e ao espaço da África Austral. Serão considerados outros espaços, cujos acontecimentos ocorridos tenham tido impacto relevante no assunto a investigar. Não obstante, a investigação se enquadrar no campo dos estudos de segurança e estratégia, o foco da nossa análise incidirá principalmente nos estados, em concreto nos patamares político, diplomático e estratégico.

A necessidade de formular uma problemática sobre este assunto (objetivo geral) levou-nos a construir uma base teórica que permita questionar as investigações já realizadas sobre esta temática. Neste propósito, procuraremos alcançar dois **objetivos específicos** (OE): (1)



Identificar e sintetizar um referencial teórico aplicável à temática; e (2) analisar e sintetizar o estado do conhecimento centrado no objeto da investigação.

A **metodologia** e o percurso utilizados nesta investigação percorreram três fases e tiveram como referência Porta & Keating (2008), Bryman (2012), Saunders, et al. (2009) e Collier (2011). A primeira fase, exploração, materializou-se pelo quadro metodológico e pelo referencial teórico. A segunda fase, análise, incidiu sobre bibliografia com valor científico. Neste âmbito, percorremos o horizonte temporal estabelecido através de “fatias” de tempo, fazendo uso do método qualitativo e de uma abordagem dedutiva. A terceira fase, síntese, traduziu-se num exercício de confrontação entre o estado do conhecimento obtido na fase de análise e os limites teóricos estabelecidos na fase de exploração, de que resultou a formulação de novas questões.

A investigação está estruturada em dois capítulos (apêndice A). No primeiro capítulo procuramos alcançar o OE1, encontrando âncoras conceituais. Para tal, debruçamo-nos sobre o conceito de segurança nas suas três dimensões (global, regional e estatal), ao qual se ligam outros conceitos fundamentais. No segundo capítulo vamos ao encontro do OE2, ou seja, tendo por base as âncoras conceituais edificadas, analisamos e questionamos o que já foi escrito, com valor científico, sobre a relação entre Portugal, a arquitetura de segurança na África Austral e a Guerra Fria. Concluímos que a ação político-estratégica de Portugal foi decisiva para a globalização da Guerra Fria, embora existam aspetos do conhecimento que, após sintetizados, permitem edificar novas perspetivas de investigação.



1. Referencial Teórico

“A teoria serve como diagnóstico... facilita um entendimento do passado, dá-nos uma interpretação histórica dos acontecimentos e ainda uma antecipação de eventos futuros”
(Walt, 2005, pp. 28-34).

Neste capítulo problematizamos a segurança numa perspetiva global (Guerra Fria), regional (África Austral) e estatal (Portugal). Para tal, seguimos o modelo de Buzan & Hansen (1999, p. 14), quanto aos conceitos relacionados com a segurança, agrupados em complementares, paralelos e opostos. Quanto aos complementares, que apontam para aspetos mais específicos, destacamos os conceitos de estratégia, colonialismo e descolonização. Relativamente aos paralelos, que mantêm a segurança no seio das Relações Internacionais (RI), apontamos os conceitos de estado, poder, balança de poder, soberania, identidade nacional, interesse nacional, regime político, tomada de decisão e diplomacia. Finalmente, surgem os opostos, como o de paz e guerra, que trabalham para a segurança. Contudo, antes de problematizarmos a segurança, abordamos a Guerra Fria enquanto ambiente internacional (apêndices A e B).

a. A Guerra Fria enquanto ambiente internacional

O termo “Guerra Fria” ficou generalizado em 1947 com Lippmann (1947), ao discordar do artigo de Kennan (1947), “Mr. X”, acerca da ameaça soviética e da necessidade de conter o comunismo. Para Lippmann, esta posição traduzia uma negação da diplomacia. Segundo Kegely & Wittkopf (1999), a Guerra Fria foi um conflito entre potências globais que procuravam desequilibrar uma balança de poder, inclusive estabelecendo relações diplomáticas com o “resto do mundo”. Para Aron (1947) e (1948, pp. I. 13-31) este foi um período de “guerra improvável, dadas as capacidades semelhantes entre blocos, e de paz impossível, devido às diferentes ideologias”.

Rodrigues (2010, pp. 1-15) destaca a dimensão “internacional” do conflito, com impactos nos continentes europeu, asiático e africano. Conclui que uma análise à Guerra Fria deve incluir a dimensão ideológica como fonte de motivação para os intervenientes e de projeção dos seus interesses políticos e económicos, sem esquecer a geopolítica, a estratégia militar e a diplomacia. Por fim, aponta a dimensão interna, sempre presente nas tomadas de decisão sobre os aspetos de política externa. Ou seja, a abordagem deve ser holística, pois existe uma relação de causa-efeito e biunívoca entre os níveis interno e internacional.



A complexidade associada ao ambiente internacional trouxe consigo enormes desafios securitários. Embora a segurança seja objeto de estudo desde que existem sociedades, conforme relata Williams (2008, p. 2), foi a IIGM o grande catalisador dos estudos de segurança. Neste período, a dimensão da aplicação do instrumento militar, trouxe consigo a ameaça nuclear e, conseqüentemente, uma complexidade ímpar (Taylor, 2012, p. 2). Em 1943, Lippmann (p. 51) definiu segurança nacional pela primeira vez, referindo que uma nação estava segura caso não corresse o risco de ter que sacrificar valores fundamentais para evitar uma guerra ou, caso esta ocorresse, fosse capaz de os manter. Esta definição enfatiza a importância do instrumento militar, apontando o recurso à guerra como meio de sobrevivência e autoafirmação num ambiente hostil.

Foi também a eclosão da IIGM que fez emergir a teoria realista das RI. O realismo assenta em quatro premissas, ou seja: partilha uma visão pessimista da natureza humana; os estados soberanos são os principais atores na cena internacional, onde procuram maximizar o poder e/ou a segurança e defender os seus interesses, em competição com outros; o Sistema Internacional (SI) é anárquico, não reconhecendo um poder superior; e a razão moral, apenas importante à luz dos pressupostos anteriores (Smith, 1999, p. 34).

Concetualizar a segurança de um estado em tempo de paz podia parecer um contrassenso. Os EUA foram os pioneiros quando, em 1947, aprovaram o *National Security Act*. O documento visava assessorar o presidente americano na integração de políticas nacionais, estrangeiras e militares relacionadas com a segurança nacional (USGov, pp. 5 - Sec 2) e (USGov, pp. 7 - Sec 101). A concetualização da segurança viria a ser reforçada por Wolfers em 1952 (pp. 484-485) e (1962, p. 150), que considerou a segurança nacional como algo ambíguo, com um cariz objetivo associado à ausência de ameaças aos valores fundamentais adquiridos por uma comunidade e um cariz subjetivo, atribuído à ausência de medo que tais valores fossem objeto de ameaça, ou atacados. Wolfers observou também que a segurança era um termo tão amplo que políticas totalmente divergentes poderiam, da mesma forma, ser interpretadas como políticas de segurança. Finalmente, concluiu que outros meios, além dos coercivos, seriam importantes no contexto da segurança. As comunidades de segurança, trazidas por Deutsch em 1957 (p. 5), poderão ser consideradas como um reflexo das políticas de segurança estabelecidas entre estados e que permitem aos mais fracos defenderem a sua soberania. Por outro lado, eram também uma resposta às exigências e aos perigos de um mundo bipolarizado, trazido pela Guerra Fria.

Em 1965 Berkowitz & Bock definiram a segurança nacional como a capacidade de uma nação proteger os valores internos de ameaças externas (Hermann, 1982, p. 19). Esta



definição apresenta uma limitação pois, na década de 1960, África era confrontada com movimentos subversivos, ou seja, ameaças internas. Já na década de 1970, Cohen & Tuttle (1972, p. 1) entendiam que a segurança podia ser definida como uma condição de proteção que um estadista tentava adquirir, ou preservar, de forma a salvaguardar as várias componentes do estado de ameaças internas ou externas. A inclusão das ameaças internas reflete uma evolução à definição de Berkowitz & Bock,

Em 1979 Waltz descreveu as RI como sendo salpicadas por partículas de governos e mescladas por elementos de comunidades, defendendo uma abordagem sistémica, centrada nos efeitos da interação dos estados e não na sua natureza. É na estrutura que o jogo dos estados deve durar para que o sistema seja estável. Na estrutura, as unidades combinadas e justapostas comportam-se de forma diferente e, ao interagirem, produzem resultados diferentes. Para Waltz, num sistema bipolar não existem periferias, pois qualquer coisa existente em qualquer lado é potencialmente do interesse de ambos os polos. Ou seja, os estados são espaços de influência das grandes potências (2011, pp. 140-142 e 236). Como veremos adiante, uma arquitetura é uma estrutura.

Em suma, o conceito de segurança não sofreu evoluções significativas desde Wolfers, em 1952, embora haja necessidade de atender ao contexto. Hermann (1982, p. 20) identifica cinco variáveis de contexto: as prioridades do estado; o ambiente internacional; o ambiente interno; a natureza das ameaças; e as estratégias de resposta às ameaças. Vemos de seguida que estas variáveis ligam a segurança (conceito) ao sistema (arquitetura). Porém, antes de nos debruçarmos sobre a arquitetura de segurança tentamos perceber o que é uma região.

b. A segurança e as teorias da paz regional

“... as principais regiões do mundo serão foco de influência e discórdia entre o líder hegemónico, as grandes potências rivais e as potências regionais influentes. As regiões e as sub-regiões continuarão a ser palco de conflitos e instabilidade de que resultarão pequenas guerras...”
(Nation, 2006, p. 52).

As teorias da paz regional ligam o conceito de paz ao de região. Galtung (1967, p. 12) define a paz como a ausência de violência coletiva entre nações, classes raciais e grupos étnicos, o que torna os conceitos de paz e segurança como dois lados da mesma moeda. Relativamente às regiões, Hurrell (1995, p. 334), refere que todas são socialmente construídas e politicamente contestadas, ou seja, não existe um consenso sobre os critérios



que devem caracterizar uma região. Em vez de critérios, Cantori & Steven (1970, pp. 22-25) resolveram descrever uma região considerando o seu nível de análise, localizado entre o estatal e o global. Por sua vez, Langenhove (2003) associa a região a dois outros conceitos: o de regionalismo, que liga a região a um sistema racional de atores, com propriedades de soberania e gerador de identidade; e o de regionalidade, que engloba as características históricas, geográficas, económicas, culturais e sociais de uma região.

A abordagem da segurança numa dimensão supraestatal conduz-nos ao conceito de arquitetura de segurança que, para Xiaoping (2011, pp. 1-3), é uma estrutura bem definida geograficamente, que facilita a resolução de questões políticas associadas ao cumprimento dos objetivos securitários de uma região. Uma arquitetura securitária está frequentemente associada a um complexo mosaico de atores, fatores e ameaças, de onde podem surgir novos mecanismos e abordagens políticas que podem alterar os existentes. Uma arquitetura pode surgir na forma de complexo²³. Buzan & Weaver (2003, pp. 44 e 51-53) definem complexo como um conjunto de atores cujo processo de securitização, de-securitização, ou ambos, estão tão interligados que os problemas que daí advêm não podem ser analisados ou resolvidos separadamente. Um complexo pressupõe quatro níveis de análise: o doméstico, que analisa as vulnerabilidades do estado; o das relações inter-estatais ao nível regional; o das relações inter-regionais; e o do papel das potências globais na região. Os autores apontam quatro variáveis essenciais num complexo regional: as fronteiras; a estrutura anárquica, o que implica pelo menos duas unidades autónomas; a polaridade, que diferencia o poder entre unidades; e a construção social, que revela os padrões de amizade ou conflito entre unidades. Buzan & Weaver destacam também três possíveis evoluções num complexo de segurança: a manutenção do *status quo*; a ocorrência de uma transformação interna, que poderá implicar alterações nas variáveis apontadas; e a ocorrência de uma transformação externa, que poderá resultar em alterações nas fronteiras regionais, a alteração dos seus membros, ou ainda da sua estrutura.

Finalmente, surgem as questões: que países integravam a África Austral? Estávamos na presença de uma arquitetura de segurança na África Austral? Como se caracterizava? Qual o papel de Portugal? Qual a influência no nível global? A resposta a estas questões deverá considerar que a África Austral vivia uma transição do colonialismo para a descolonização. Mazrui (1967, p. 39) refere que, se o colonialismo era essencialmente uma violação da soberania racial, a autodeterminação era a descolonização. Para Strang (1999, p. 432), a

²³ Ver, no Apêndice B, outras tipologias de arquitetura securitária.



descolonização, por um lado, envolveu a transmissão do modelo dos estados-nação ocidentais para as suas colónias e, por outro, foi um processo de difusão, em que uma descolonização anterior incrementou as que se seguiram.

c. A segurança e o Estado-Nação. Da identidade nacional à ação estratégica

"Sem memória não há identidade; sem identidade não há nação."
(Smith, 2004, p. 75)

A declaração de Montevideo de 1933 (UN, 1948, pp. 41 - Art. 1º) refere que o estado, enquanto sujeito de direito internacional, deve ter as seguintes características: uma população permanente, um território definido, um governo e a capacidade para estabelecer relações com outros estados. Segundo Hastings (1997, p. 3), uma nação é um grupo formado a partir de um ou vários grupos étnicos que possuem ou reivindicam o direito à identidade e à autonomia políticas enquanto povo, bem como o controlo de um dado território. Surge assim o estado-nação, onde o povo, possuidor de uma identidade sustentada na memória coletiva, ocupa um espaço. A identidade nacional descreve um estado de interiorização e conotação, de um conjunto de pessoas, com os símbolos nacionais (Bloom, 1990, p. 52).

Voltamos ao estado e ao seu fim último, que é sobreviver, para introduzirmos o conceito de interesse nacional. A ideia de interesse nacional é frequentemente associada à *"raison d'État"*, de Richelieu, no século XVII. Com Richelieu, o interesse nacional não foi apenas colocado à frente dos interesses pessoais dos monarcas e em substituição da religião, mas também orientou a ação diplomática, a formação de alianças e a eliminação de ameaças externas (Watson, 1992, pp. 183-191). A *"raison d'État"* faz justiça ao entendimento e prática de Maquiavel acerca da arte diplomática, marcada pelos dilemas e paradoxos morais (Meinecke, 1998, p. 181). Para o Príncipe, a *"raison d'État"* suplantava a moralidade (Russell, 2005, pp. 227-228). Loureiro dos Santos (1983, p. 45) relaciona o interesse nacional com aspirações e objetivos nacionais. As aspirações nacionais correspondem ao que um estado poderá pretender, de forma realista ou utópica. Os objetivos nacionais são definidos pela política e traduzem o que o estado procura atingir (objetivos políticos), baseado em critérios realistas. Os interesses nacionais apontam para o que o estado deseja salvaguardar, a sobrevivência. Surge a questão: em que polo se encontrava a manutenção das províncias ultramarinas?

O interesse nacional e a tomada de decisão estão associados às lideranças, cujo impacto difere entre sistemas políticos. As decisões políticas são frequentemente baseadas



em atitudes, fatores implícitos e difusos, e regras e procedimentos explícitos. Além disso, são tomadas com um ciclo de decisão muito curto (Sidjanski, 1973, pp. 3-6). Nestas situações, a heurística poderá enquadrar a tomada de decisão. Shah & Oppenheimer (2008, p. 218) referem-se à heurística como uma estratégia baseada em pouca informação, embora correta, o que permite atalhar e obter brevidade na decisão. Numa dimensão política, a tomada de decisão, está associada à manutenção do poder, o que nos regimes autoritários representa a sobrevivência do próprio regime (Barroso, 2010, p. 111). Ou seja, o interesse é definido como poder, logo, um grande poder implica muitos interesses e, conseqüentemente ameaça os interesses de outrem (Turner, 2009, p. 81).

É aqui que surge a estratégia, enquanto campo alargado de instrumentos que procuram alcançar os objetivos traçados por uma vontade política. Para Cabral Couto (2014), a estratégia é a ciência e a arte da dialética das vontades na consecução de objetivos num sistema político-social complexo. Brimley (2009, p. 28) define a estratégia como a arte de conectar as aspirações a planos prudentes e recursos finitos. Esta visão da estratégia aproxima o interesse nacional dos objetivos nacionais. Lykke refere que a estratégia é a arte que define *ends* a atingir, os *means* a utilizar para os alcançar e os *ways* como esses *means* serão utilizados. Caso estes três elementos não estejam em equilíbrio, há que adicionar o risco como quarto elemento (Yarger, 2010, p. 45). Esta abordagem de Lykke leva-nos a questionar: em que momento das quatro décadas em análise, a estratégia portuguesa entrou em desequilíbrio? Qual terá sido o elo mais fraco?

Para Morgenthau a política externa resultante do interesse nacional é moralmente superior à inspirada por princípios morais universais (1950, p. 854). O interesse nacional dita se a política é continuada na forma de diplomacia ou na forma de guerra. No caso da diplomacia, Putman (1988, pp. 431-434) refere que o aspeto mais importante da política externa é tornar as políticas internas compatíveis com a política internacional. A esta relação entre dimensões designou de jogo de dois níveis. Olhando para a nossa temática surge a questão: De que forma é que manobra diplomática de Portugal, materializada pelo Exercício ALCORA, revela uma incompatibilidade entre a política interna e a política internacional?

Também Sun Tzu enfatiza a importância da diplomacia para se evitar a guerra quando se pretende segurar um estado. “Um chefe que não entende as intenções, os enredos e os esquemas dos príncipes dos estados vizinhos não pode fazer alianças com eles... o controlo de território onde vários estados vizinhos se encontram, e que possui cruzamentos importantes, facilita a formação de alianças” (Luo, 1996, p. 91 e 103). No plano africano, este aspeto materializa a importância que Angola e Moçambique tinham para a Rodésia (o



acesso ao mar) e para a RAS (a linha de defesa avançada). No plano europeu, evidencia, por um lado, o facto de Portugal (devido aos Açores) ter sido membro fundador da OTAN e, por outro, a postura ambígua dos EUA, face a Portugal, em África, bem como a postura de Salazar em relação a Kennedy.

Mas, quando a diplomacia não permite atingir os objetivos da política, há que impor a vontade através da guerra. Waltz (2011, p. 250) havia referido que, embora a bipolaridade fosse à prova de guerra entre as duas potências, não evitava guerras de menor escala, tal como sucedeu em África. Podemos considerar neste universo a guerra de guerrilha e as guerras por *proxy* (procuração). Para Grundy (1971, p. 25), a guerra de guerrilha é uma conjugação de operações em que combatentes utilizam táticas móveis para desgastar ou afetar um inimigo bem treinado. Para Bar-Siman-Tov (1984, p. 263), uma guerra por procuração é uma confrontação indireta entre duas superpotências que apoiam partes em conflito. A guerra, é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se a uma vontade. É a continuação da política por outros meios, ou seja, é um instrumento racional da política dos estados. Se a intenção política é o fim, então a guerra é um meio que não pode ser concebido sem o fim (Clausewitz, 1976, p. 73 e 87). Henderson & Singer (2002, p. 165) classificam as guerras em intraestatais, extraestatais e iterestatatis. Wimmer (2014, p. 2) refere-se à guerra como um confronto violento entre organizações armadas, em que pelo menos uma representa um governo. Estas definições espelham que a bipolaridade não evitou as guerras em África e que a guerra (intraestatal), conduzida por Portugal em Angola e Moçambique, enquanto instrumento da política (neste caso interna) acabou por ser a sua continuação. Há que compreender as suas causas, o seu desenrolar e as suas consequências para a globalização da Guerra Fria.

Seguidamente, recorrendo a esta base teórica, analisamos o estado da arte.



2. Estado da arte

“Qualquer objeto histórico pode alimentar uma série de descrições ou narrativas igualmente plausíveis...”

(White, 1987, p. 76)

a. Aspetos gerais

(1) Abordagem

No capítulo um delimitámos concetualmente o objeto. Neste capítulo, tendo presente o problema formulado, efetuamos uma revisão da literatura para avaliarmos o estado do conhecimento acerca da arquitetura securitária estabelecida na África Austral, enquanto consequência da tomada de decisão político-diplomática e estratégica dos seus estados constituintes e intervenientes (com o foco em Portugal), e como causa da globalização da Guerra Fria, entre 1945 e 1975. Assim, adotaremos um racional seguindo dois vetores: sequência da abordagem e análise. Quanto à sequência, partimos do geral para o particular (Guerra Fria, África Austral e Portugal). Quanto à análise, atendemos ao produto das três dimensões combinadas. Antes porém, definimos a região “África Austral”.

(2) O que é a África Austral?

As NU estabelecem que a África Austral é constituída pela RAS, a Namíbia, o Lesoto e a Suazilândia (UNDATA, 2013). Buzan & Waeber (2003), Birmingham (2009, p. 52) e Minter (1994, p. xii) consideram ainda o Malawi, Angola, a Tanzânia, Moçambique, a Zâmbia, o Zimbábue e o Botswana. Ngoma (2005, p. xix), além dos países já referidos, considera também o Congo. Adicionalmente, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)²⁴ integra as Seicheles, as Maurícias e Madagáscar, num total de 15 países (SADC, 2012). Buzan & Waeber (2003, p. 230) referem-se ao complexo securitário da África Austral, no período da Guerra Fria, como isolado de outros dois existentes em África: o do Oeste, que envolve o Golfo da Guiné e o do Corno de África a Este. Estes três complexos separam-se por uma região central, designada de “não-estruturada”. Para os autores, o complexo da África Austral é caracterizado por um nível significativo de interdependência securitária entre grupos estatais e não-estatais, estes últimos particularmente ao longo das fronteiras. Este facto, como veremos, leva-nos a adotar o modelo de Ngoma, incluindo o Congo. Não consideramos o Lesoto nem os estados insulares

²⁴ Sucedeu em 1992 à Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), criada em 1980 (SADC, 2012).



(Seicheles, Maurícias e Madagáscar) porque estes espaços foram irrelevantes para a existência de uma arquitetura de segurança na África Austral.

No período em análise, parte dos nomes referidos eram colónias de potências europeias, alguns com designações diferentes. Angola e Moçambique eram províncias portuguesas e o Congo²⁵ pertenceu à Bélgica até 1960. A Inglaterra era detentora: do Tanganica (Tanzânia), independente em 1961; da Rodésia do Norte (Zâmbia) e da Niassalândia (Malawi), ambos independentes em 1964; da Rodésia do Sul (Zimbábue), independente em 1965; da Bechuanalândia (Botswana), independente em 1966; e da Suazilândia, independente em 1968. A África do Sudoeste (Namíbia) viria a ser administrada pela RAS até 1990. Concluímos que, entre o pós-IIGM e 1968, Portugal também estabeleceu fronteira com a Bélgica e a Inglaterra. Posteriormente, até 1975, foi o único país europeu que permaneceu na África Austral. Entendemos assim que os estados que estabelecem fronteira com Angola e/ou Moçambique devem integrar o nosso objeto (anexo A).

b. Os conceitos, o estado da arte e o objeto

(1) Os EUA e a luta contra o comunismo

O. Westad (2007, pp. 396-400), em *“The Global Cold War. Third World Interventions and the Making of Our Times”*, explica a ligação entre as três dimensões do nosso objeto. Para o autor, os EUA e a URSS foram levados a intervir no terceiro mundo devido às ideologias inerentes às suas políticas²⁶. Conclui ainda que o processo de descolonização ali ocorrido, não foi *per se* um produto da Guerra Fria, embora tenha sido influenciado por esta (essencialmente nos domínios económico e militar) e facilitado pelas elites domésticas, que viriam a colocar os seus países numa situação de guerra-civil quase permanente. Schmidt (2013, p. 79) entende que o desenvolvimento económico na década de 1960 acelerou a descolonização, oferecendo oportunidades ao colonizador e ao colonizado. No caso de Portugal, o seu isolamento político, condicionava o crescimento económico.

Em Angola²⁷ e Moçambique²⁸, a CIA²⁹ mantinha ligações secretas (conhecidas de Portugal) com Holden Roberto (FNLA) e Eduardo Mondlane (FRELIMO)³⁰. Segundo

²⁵ Em 1964 adotou a designação de República Democrática do Congo. Em 1971, passou a designar-se de Zaire.

²⁶ Ver Arnold & Wiener (2012, pp. 6-11) e Campos (1996, pp. 481-543).

²⁷ Ver Weigert (2011, pp. 1-68).

²⁸ Ver Isaacman & Isaacman (1983, pp. 79-105).

²⁹ Ver *In Search of Enemies* (Stockwell, 1978).

³⁰ A FRELIMO formou-se em 1962 através de três etnias moçambicanas que trabalhavam na Rodésia do Sul, Niassalândia e Tanganica (Schmidt, 2013, p. 80). Mondlane foi assassinado em 3 de fevereiro de 1969 (Shubin, 2008, p. 124). Jean-Marie Laurent, agente da *Aginter Press*, foi responsabilizado (Ray, et al., 1982, pp. 30-31).



Westad (p. 210), Cuba apoiava o MPLA³¹ (liderado por Agostinho Neto) desde 1965, através do Congo. Porém, Schmidt (2013, p. 74) refere que a subida de Mobutu³² ao poder no Congo (em 1965), apoiada pelos EUA, França, Inglaterra e Bélgica, levou à saída de Che Guevara daquele país. Para Oliveira (1974, p. 73), o Congo, após a independência passou a funcionar como base de assalto para a FNLA, pois Holden Roberto e Mobutu eram cunhados³³. Deduzimos que o fim do conflito no Congo poderá ter deslocado a ação dos cubanos para Angola, maximizando a ação subversiva, dada a relação de interdependência entre os movimentos subversivos e a influência dos atores externos. Por outro lado, interessa saber se os países ocidentais apoiantes de Mobutu tinham, por seu intermédio, ligações com a FNLA.

Quanto à URSS, segundo o *Komitet Gosudarsvennoi Bezopasnosti* (KGB), os EUA haviam falhado no apoio aos novos líderes da África Austral e a URSS³⁴ era a potência que os podia apoiar na prossecução das suas políticas, sociais e económicas. Política e estrategicamente, Angola e Moçambique eram territórios ideais para esse fim (Westad, pp. 208-215). Esta leitura soviética reflete uma constância no comportamento dos dois blocos relativamente à África Austral, ou seja, face à ambiguidade e à passividade americanas, a URSS respondia de forma ativa.

Westad (pp. 2015-217) refere que a China³⁵ pretendia controlar partes da África, por um lado, para o caso de deixar a sua coligação com os EUA³⁶, e por outro, para impedir a URSS de ganhar ascendente sobre o terceiro mundo e, conseqüentemente, na sua fronteira. Leffler & Westad (2010, p. 92) referem que este receio chinês seria atenuado, em 1976, com a morte de Mao Zedong. Contudo, esta postura criava na URSS uma necessidade de bloqueio às aspirações chinesas. Para tal, contava com a forte ligação ao *African National Congress* (ANC), na RAS.

A *Aginter Press* era uma rede nacional de contrassubversão e espionagem sediada em Lisboa (Jesus, 2012, pp. 75-102).

³¹ Ligado ao Partido Comunista Português (PCP) desde a década de 1950 (Schmidt, 2013, p. 81).

³² Mobutu aspirava ao domínio regional (pan-africanismo) (Meredith, 2006, p. 313).

³³ Ver Schmidt (2013, p. 81).

³⁴ Ver Allison & Williams (1990).

³⁵ A sua manobra visava atrair governos constituídos para afastar os soviéticos e os americanos, e simultaneamente apoiar a oposição para e alimentar a subversão (Oliveira, 1974, p. 40).

³⁶ Ver também Jian (2011, p. 110).



(a) Angola

Em 1970, em Angola, a URSS intensificou o apoio (logístico, militar e político) ao MPLA, através do embaixador soviético na Zâmbia, Belokolos, que garantiu liberdade de movimentos a Agostinho Neto naquele país, no Zaire e no Congo. Em consequência, Neto abrandou as relações com os países ocidentais e, no início de 1974, existiam três fações do MPLA: uma na Tanzânia, liderada por Neto; uma apoiada pela Zâmbia, encabeçada por Daniel Chipenda e conhecida pela Revolta do Leste; e uma sediada no Congo, autodesignada de Revolta Ativa (Westad, p. 217). Shubin (2008, p. 32) diz-nos que, meses após a queda do regime, a URSS ainda não tinha escolhido entre Neto e Chipenda.

Relativamente a Portugal, Westad (pp. 218-220) destaca que, com a adesão à *European Free Trade Agreement* (EFTA), em 1961³⁷, a importância das colónias passou para segundo plano. Contudo, Telo (1994, p. 311) destaca que a EFTA apenas camuflava a grande inversão na estratégia portuguesa, iniciada a partir de 1956-57, e que ditou um afastamento político-diplomático em relação aos anglo-americanos e uma aproximação à França e à RFA. As versões de Westad e de Telo poderão refletir uma desvalorização da importância das colónias, porém como ficaria o regime? A abordagem de Telo leva-nos a questionar que influência terá tido este afastamento de Portugal nas suas relações com os EUA e com a Inglaterra desde 1960? Quanto à queda do regime, Westad (pp. 218-220) refere que os enormes recursos consumidos pela guerra, bem como as inúmeras baixas entre os militares, originaram uma situação insustentável, que estaria na base da revolta militar de abril de 1974. Consequentemente, os alicerces do estado, o interesse nacional, os objetivos políticos e a ação estratégica desapareceram. Como o “poder tem horror ao vazio”³⁸, a sua transferência iniciou-se por militares³⁹ conotados com os partidos de esquerda, mesmo antes de existirem decisões nesse âmbito. A reação americana pretendeu afastar a URSS do processo de descolonização e evitar a criação de um Portugal neutro que atraísse potências europeias descontentes com as políticas americanas. Dois meses após o acordo de Alvor, em 23 de março de 1975, a FNLA atacou posições do MPLA, ditando o início da guerra-civil em Angola. M. Sá (2011, p. 314) refere que este momento marcou uma nova fase no processo de internacionalização da descolonização. Um mês depois, os EUA⁴⁰ saíram derrotados da

³⁷ Foi em 4 de janeiro de 1960.

³⁸ In Couto (2000, p. 25).

³⁹ Casos como o do Almirante Rosa Coutinho, que cooperava com o MPLA (Shubin, 2008, p. 36).

⁴⁰ Os EUA envolveram-se no conflito apenas em janeiro de 1975 ao saberem que a URSS fornecia armas ao MPLA (Sá, 2011, p. 314).



guerra do Vietname⁴¹. Este acontecimento motivou uma maior atenção à questão africana, liderada por Kissinger, e resultou numa intensificação do apoio à FNLA e à UNITA, fazendo ver que seria preferível o recurso à guerra para manter o MPLA fora, em vez da paz. O insucesso destes movimentos no combate ao MPLA esteve na origem da operação encoberta IAFEATURE⁴² da CIA, cujo objetivo era demonstrar que os EUA continuavam a definir as regras no terceiro mundo de acordo com a sua vontade (Westad, p. 222).

Do lado soviético, o MPLA era apoiado pelas embaixadas em Brazzaville (Congo), Lusaca (Zâmbia) e Dar-es-Salaam (Tanzânia). Da China provinha apoio militar⁴³ à FNLA, através da fronteira com o Zaire⁴⁴ e à UNITA, de Jonas Savimbi (Meredith, 2006, p. 314). Em 1971, este movimento celebrou um acordo secreto em Lisboa para colaborar com Portugal contra os seus rivais (Schmidt, 2013, p. 81). Com isto Caetano não só terá conseguido eliminar uma ameaça, como ampliou os seus meios de obtenção de informações. No início de 1975 os chineses “forçaram” os americanos a um maior apoio à UNITA e à FNLA. Por seu lado, Julius Nyerere, presidente da Tanzânia, apelou aos soviéticos que influenciassem o MPLA a alcançar um acordo com a FNLA, deixando claro que qualquer intervenção direta da URSS iria provocar uma reação dos países africanos (Westad, p. 226). Esta postura de Nyerere traduz a negação de uma nova forma de colonialismo que os povos africanos tentaram evitar após a descolonização. Nesta fase, Cuba contava com o apoio soviético ao MPLA para poder apoiar uma revolução social no povo angolano.

Outros movimentos, como o *South African People's Organization* (SWAPO) da Namíbia, o ANC e os Catangas⁴⁵ exilados em Angola, também apoiavam o MPLA. Em 4 de julho de 1975, o exército e os serviços de informações⁴⁶ da RAS relatavam ao primeiro-ministro Vorster um agravamento das condições em Angola e uma previsível vitória do MPLA, propondo uma intervenção. Alegadamente E. Malone, côsul-geral da RAS em Luanda, terá reforçado essa ideia, enquanto os EUA exerciam pressão. No terreno, Savimbi, que era apoiado pela RAS desde outubro de 1974, confessava que a Zâmbia iria apoiar uma intervenção da RAS em Angola (Westad, pp. 228-230).

Foi este o contexto que originou o apoio da RAS à FNLA e à UNITA com morteiros, lança-rockets, minas terrestres, viaturas de transporte e blindadas. Em agosto, militares da

⁴¹ A guerra do Vietname condicionou toda a ação de Johnson em África (Gleijeses, 2002, p. 56).

⁴² Ver George (2012, pp. 68-81).

⁴³ Encarada como a maior preocupação para os soviéticos. O apoio contava com técnicos norte coreanos e romenos recrutados pela China (Westad, 2007, pp. 226-227).

⁴⁴ O apoio do Zaire era o grande trunfo da FNLA (Gleijeses, 2002, p. 234).

⁴⁵ Ver Meredith (2006, p. 315).

⁴⁶ *The Bureau of State Security* (BOSS).



RAS já operavam em Angola e, em 15 de setembro, o primeiro campo de treino estava operacional para a UNITA em Mpupa. Com a intensificação dos combates, em 14 de outubro, Vorster ordenou a operação SAVANNAH, que resultou no envio de forças regulares para invadir Angola (2500 militares e 600 viaturas) com o apoio de batalhões zaienses, coordenados pela FNLA (George, 2012, p. 68). Tratava-se da *Task Force ZULU*, que incluía ex-soldados coloniais portugueses (Stapleton, 2010, p. 170). Os objetivos políticos da RAS, em relação a Angola, não eram claros. Quem planeou a operação vislumbrava que a RAS pretendia dividir Angola em regiões étnicas para garantir uma zona tampão, controlada pela UNITA, que separasse o MPLA e a SWAPO. Porém, os objetivos últimos envolviam os americanos, e incluíam quatro condições: a independência dos territórios; o fim do embargo americano de armas; a não-interferência no desenvolvimento do programa nuclear sul-africano; e o apoio dos EUA para convencer Ian Smith a sair da liderança Rodesiana, substituindo-o por uma coligação governamental africana, conotada com a RAS. As medidas imediatas para Angola seriam: desintegrar as Forças Armadas do MPLA (FAPLA) numa ofensiva relâmpago em direção a Norte (Westad, pp. 230-231). As condições apresentadas aos EUA revelam ambição da RAS em se afirmar como potência regional, e que o Exercício ALCORA havia resultado em desconfiança relativamente à Rodésia. O que teria mudado?

Do lado soviético, em agosto de 1975, as autoridades congolenses haviam informado a URSS que não iriam aceitar quaisquer planos para um apoio de larga escala ao MPLA no seu território. Os soviéticos recorreram a Fidel Castro, que tinha ligações estreitas com as autoridades congolenses, no sentido de facilitar a ligação. Há registos de que Cuba operou vários anos no Congo-Brazzaville a treinar operacionais do MPLA antes da queda do regime. Em agosto, Castro pressionou a URSS para que enviasse oficiais para apoiar o comando do MPLA, numa ação conjunta, em áreas estratégicas. Os soviéticos recusaram o envio de oficiais, e também de aviões de transporte, antes da assinatura da independência. Para a URSS, esta ação poderia: (1) colocar em causa a política de *détente*⁴⁷ com os EUA; (2) contar com a oposição de países africanos e mesmo do PCP; (3) provocar o agravamento das relações com os EUA, devido à ligação com os cubanos; e (4) ser desnecessária, pois Moscovo não estava seguro se a intervenção em Angola implicaria o emprego de forças em

⁴⁷ A Guerra Fria passou por sete fases: origens (1917-45); emergência (1946-52); desafios globais (1953-61); da crise à *détente* (1961-68); *détente* (1969-76); nova Guerra Fria (1977-85); e nova *détente* (1985-91). Os autores sublinham que a Guerra Fria chegou a África na fase 4, com a crise do Congo e, na fase 5, referem-se a Angola no período 1974-76, apontando o facto de a URSS ter projetado os seus interesses em África numa manobra de equilíbrio de poder com os EUA face ao Médio Oriente (Dockrill & Hopkins, 2006).



apoio do MPLA. Cuba não desistiu e, no início de outubro, enviou forças para Brazzaville e Luanda, bem como aviões e navios de cruzeiro obsoletos (Westad, pp. 231-233) e (George, 2012, p. 96).

Em setembro, o MPLA continuava a retirar a Norte, pressionado pela FNLA apoiada pelo Zaire, e a Sul, pela UNITA, apoiada pela RAS. Com o apoio da RAS, a UNITA viria a explorar a zona Centro e Leste de Angola. Em meados de outubro, o MPLA estava totalmente dependente do apoio proveniente da região ocidental e interior de Luanda-Mbutu e, além disso, controlava menos de um quarto do território. Os reforços cubanos viriam a participar nas operações em 23 de outubro. Moscovo tinha conhecimento dos planos da RAS antes da sua implementação em meados de outubro. Em reação, na terceira semana desse mês, decidiu apoiar a operação cubana que teria lugar imediatamente após a declaração de independência pelo MPLA, em 11 de novembro de 1975. O objetivo soviético era ter tropas cubanas e *advisers* soviéticos em Angola, em dezembro, para derrotar as tropas sul-africanas e apoiar o MPLA na construção de um partido e um país socialistas. A perceção da ação da CIA em apoio da FNLA, a partir de bases no Zaire, levou o KGB a monitorizar estas ações. A reação da maioria dos países Africanos à invasão sul-africana fez crer aos soviéticos que seria menos perigoso intervir em Angola agora que antes. Mesmo Nyerere, que antes se opusera a uma intervenção da URSS, veio dizer que a intervenção sul-africana tornava o apoio externo ao MPLA necessário, esperando que muitos países africanos apoiassem Agostinho Neto. O apoio soviético aos cubanos teve lugar em início de novembro (Westad, pp. 233-234). Rothermund (2006, pp. 233-237) destaca o papel fundamental dos cubanos perante a passividade soviética e a necessidade dos EUA em limparem a imagem do Vietname. Porém, na opinião de M. Sá (2011, pp. 316-317), os EUA é que reagiram à ofensiva soviética. A sua conclusão advém da constatação de que a URSS apoiou os cubanos em outubro, e não em novembro, como defende Westad. Apesar disso, M. Sá concorda com Westad, que Cuba atuou em Angola por procuração da URSS e que a RAS⁴⁸ foi utilizada pelos EUA como elemento da sua estratégia angolana. Todos estes acontecimentos antes da independência decorreram num vazio de poder⁴⁹, a que se juntava o risco de guerra-civil em Portugal.

Em finais de 1975, o aparecimento, de quatro militares capturados pelo MPLA, na imprensa ocidental, levou a que os EUA deixassem de apoiar a operação. Este acontecimento provocou a retirada dos militares da RAS para uma linha a 80 quilómetros a Norte da

⁴⁸ Ver Jaster (1986, pp. 7-8).

⁴⁹ “Portugal had no time for Angola...” (Shubin, 2008, p. 43).



fronteira com o Sudoeste Africano, dentro de Angola. Em fevereiro de 1976, sem o apoio da RAS, a UNITA colapsou (Stapleton, 2010, p. 172).

(b) Moçambique

Quanto a Moçambique, Rothermund (2006, p. 235) destaca que o caso foi bem diferente pois existia somente um partido para dialogar, a FRELIMO⁵⁰, e não existiam cubanos. Mittelman (1981, p. 38) realça que em 1967, a oferta de apoio cubana havia sido recusada. No entanto, a FRELIMO desafiou a RAS e a Rodésia ao dar abrigo ao ANC e ao *Zimbabwe African National Union (ZANU)*⁵¹, respetivamente. Graham (2010, pp. 133-134) refere que o apoio da FRELIMO à ZANU foi catastrófico para Ian Smith pois abriu mais uma frente que minou a segurança da Rodésia. Segundo Oliveira (1974, p. 73), as ações subversivas em Moçambique eram também apoiadas pela Tanzânia desde 1964. Além da Tanzânia, Ray, et al (1982, p. 112) referem que, entre 1968 e 1969, existiam entradas de guerrilheiros também pelas fronteiras da Zâmbia e do Malawi. Todo este cenário de cerco das fronteiras terrestres, associado à reação lenta de Portugal e ao apoio das potências globais, fortaleceu a FRELIMO (Garcia, 2001, p. 153). Em relação aos atores globais, destacamos que Samora Machel, líder da FRELIMO desde maio de 1970, era apoiado pela URSS, financeira e militarmente. Contudo, para Machel, a URSS apenas queria dominar África. Existem também relatos que os EUA apoiavam Mondlane e outros líderes da FRELIMO, e ainda que a China, através do porto de Dar-es-Salaam, fornecia apoio militar ao movimento. O envolvimento da China estava associado às suas boas relações com a Tanzânia (Shubin, 2008, pp. 125-129).

Em 1973, os meios de defesa antiaérea *Strelas*, fornecidos pela URSS à FRELIMO, impediram o emprego dos meios aéreos portugueses e os *raids*⁵² aéreos da Rodésia. Entre a queda do regime em Portugal e o acordo de Lusaca, em 7 de setembro de 1974, destaca-se do lado de Portugal, em julho/agosto, uma viagem de Melo Antunes a Dar-es-Salaam, sem conhecimento de Spínola, que o acusou de ter entregado Moçambique à FRELIMO (Rodrigues, 2010, p. 443). Adicionalmente, em agosto, regista-se a entrada em Moçambique de uma equipa de militares soviéticos para analisar a situação. Contudo, no período que se

⁵⁰ Antes da queda do regime, a FRELIMO pretendia controlar Cabora Bassa para criar um ambiente de insegurança regional, demonstrando a incapacidade portuguesa ao lidar com a situação (Oliveira, 1974, p. 74).

⁵¹ Movimento de R. Mugabe, apoiado pela China. Existia ainda o movimento *Zimbabwe African People's Union (ZAPU)* (Shubin, 2008, p. 159).

⁵² Ver também Leonard (1983, p. 59).



seguiu, realça-se o facto de Uria Simango⁵³ ter solicitado a Ian Smith para invadir Moçambique. Smith tinha essa vontade, mas necessitava da “luz verde” de Vorster, que recusou, pois queria boas relações com Moçambique e a paz na região. Além disso, tinha-se comprometido com Kaunda que iria respeitar a vontade de Moçambique. Por outro lado, um ataque a Moçambique significava o confronto com Portugal, ainda liderado por Spínola (Shubin, 2008, pp. 130-136). Porém, Hanlon (2010, p. 3) refere que Botha, então ministro da defesa sul-africano, havia ordenado o apoio a uma revolta com viaturas blindadas, entretanto anulado pelo BOSS, por indicação de Vorster. Sublinhamos, por um lado, o comprometimento de Vorster com Kaunda como um indício de cooperação entre ambos e, por outro, a ação de Botha como um indicador de que as razões de Vorster nada teriam que ver com respeitar a vontade de Moçambique.

Comparando Moçambique⁵⁴ com Angola, concluímos que o processo foi mais célere e que a inexistência de outros movimentos facilitou o processo, evitando a escalada da violência. Além disso, o facto de a FRELIMO ter alargado o seu raio de ação de Norte para Sul, poderá ter levado a RAS a direcionar a sua atenção para Angola, onde a situação era mais grave. Destaca-se também o fator “Spínola”, que presidia à junta de Salvação Nacional, desde 15 de maio, e cuja liderança no processo de descolonização, representava o elemento “estado”, contrariamente ao que, meses depois, se passaria em Angola. Por último, sublinhamos que, àquela data, os EUA ainda lidavam com a guerra do Vietname e com o caso Watergate⁵⁵, de que resultou a demissão de Nixon, o que pode ter condicionado Vorster, a quem Smith havia solicitado “luz verde” para invadir Moçambique. Terá faltado o apoio dos EUA?

Constatamos que, relativamente a Angola, onde a Guerra Fria “chegou” antes da independência, em Moçambique tal não ocorreu. Contudo, em 1976-77, foi formada a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), apoiada por Ian Smith, para combater a FRELIMO. Esta apoiava Roberto Mugabe na subversão na Rodésia. Em finais 1979, a Rodésia assinou o cessar-fogo e passou a Zimbábue com Mugabe no poder. Daí em diante, a RENAMO passou a ser um *proxy* da RAS em Moçambique, tal como havia sido da Rodésia (Farley, 2008, p. 69). Qual terá sido o envolvimento dos EUA na ação da RENAMO? Robinson (2009) refere que o Malawi, no processo de sucessão de Banda, foi apoiado pela RAS por pressão dos EUA.

⁵³ Líder da FRELIMO na transição entre Mondlane e Machel.

⁵⁴ Moçambique seria independente em junho de 1975 (Meredith, 2006, p. 312).

⁵⁵ Ver Também Mazrui (1978, p. 21).



Em suma, os estados e as regiões eram peças do xadrez geopolítico jogado pelos EUA e pela URSS. Nesse contexto, a África Austral era a “terceira zona quente” da Guerra Fria com o epicentro, inicialmente em Angola e, posteriormente, em Moçambique, ao qual se viriam a juntar o Zimbábue e a RAS mais tarde (Arnold & Wiener, 2012, pp. 6-11).

Consideramos avaliado o estado do conhecimento, edificado nas duas dimensões sistémicas (Guerra Fria e África Austral) aplicadas ao objeto. Vejamos agora o que se passou até então, ou seja, fixando a África Austral como charneira vamos deter-nos principalmente em Portugal antes da queda do regime. Começamos por apresentar o que estava em causa na África Austral, para depois percebermos a tomada de decisão de Portugal.

(2) Portugal e o “Reduto Branco”

Nesta secção centramo-nos em avaliar o estado do conhecimento acerca de Portugal nas suas ações anteriores ao processo de descolonização. Vejamos primeiro porque surgiu a necessidade de uma defesa global.

Em 1974, Oliveira (1974, pp. 49-90) referia que a maior ameaça em África não estava no poderio russo, mas na ponte que a China havia estabelecido na Tanzânia e na penetração profunda que, a partir dela, tinha realizado na Zâmbia, segundo produtor de cobre no mundo. O canal do Suez, ao passar a ser uma arma do nacionalismo árabe, tinha perdido importância, restando a rota do Cabo, com a África Austral como ponto de apoio entre o Oriente e Ocidente. O valor estratégico da região levou a URSS a posicionar uma frota no Índico, a estabelecer duas cabeças-de-ponte: o Congo (porto de Ponta Negra) e a Tanzânia (portos de Dar-es-Salaam e Mtuara), e a instalarem-se na Zâmbia⁵⁶, que permitiria penetrar em Angola, Moçambique, Rodésia e, finalmente na RAS. A estes portos chegavam também cargueiros chineses carregados de material de guerra e apoio económico com a finalidade de treinar elementos a infiltrar nos países a assaltar. A vontade de ligar por terra as cabeças-de-ponte, levou a um cerco ao Zaire, pela China e URSS, revelando o “velho” plano da partilha de África, denunciando anos antes no Cairo por um “dissidente”. Restaram os regimes brancos: de Salazar e Ian Smith, como escudos protetores a Norte; e de Vorster, como baluarte a Sul. No seu conjunto, constituíram o último reduto (figuras 1 a 3), ou, como refere Barroso (2013), o “reduto branco”.

⁵⁶ Esta ligação foi posteriormente (1976) conseguida por intermédio de uma linha férrea, “Tazara”, construída pela China (após recusa dos EUA, URSS e Inglaterra em 1964), que ligou Lusaca a Dar-es-Salaam e resultou numa menor dependência das ligações ao mar através de Angola e da RAS (Eneka & Ifeoma, 2013).

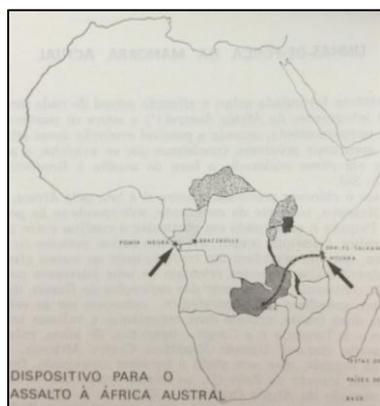


Figura nº 1 – O envolvimento.
Fonte: (Oliveira, 1974, p. 84)

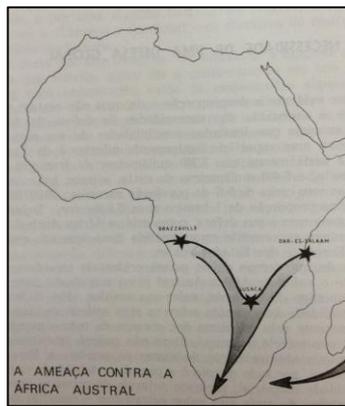


Figura nº 2 – O assalto.
Fonte: (Oliveira, 1974, p. 88)

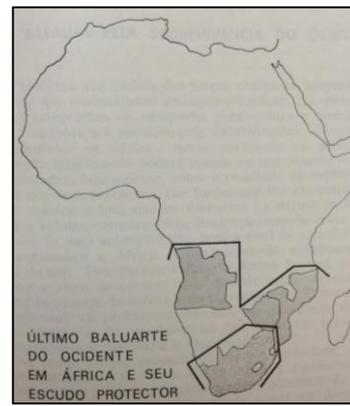


Figura nº 3 – O último reduto.
Fonte: (Oliveira, 1974, p. 89)

Barroso (2013), em “Salazar, Caetano e o Reduto Branco”, relaciona a dimensão estatal (Portugal na sua manobra diplomática) com a dimensão regional, pelo que a sua conjugação com “*Global Cold War...*”, de Westad, dá-nos uma imagem do objeto de investigação. Barroso (pp. 39-132) destaca um conjunto de iniciativas securitárias na década de 1950, que antecederam a guerra com Angola e que resultaram numa aliança militar informal com a RAS e a Rodésia. A Conferência de Bandung, em 1955, ditou o início da pressão internacional⁵⁷, encabeçada pela ONU⁵⁸, em oposição ao colonialismo. Cumulativamente, o *apartheid* facilitaria a penetração comunista em África e, além disso, era considerado por Portugal um aspeto negativo numa aliança com a RAS. Contudo, a manutenção do Ultramar, como interesse vital, norteava todas as iniciativas diplomáticas que procuravam salvaguardar uma possibilidade de neutralidade num eventual conflito naquele continente. Tal situação limitaria o apoio logístico dos três países, ao proveniente da Europa (principalmente da Inglaterra) e dos EUA. Angola e Moçambique eram os “flancos a proteger” e a linha de defesa avançada (figura 3). Esta consciência da importância dos territórios originou as primeiras preocupações dos altos responsáveis das Forças Armadas portuguesas em 1958 (Ferreira, 2002, p. 606).

Aires Oliveira (2007, pp. 178-180) refere que, até ao fim da década de 1960, houve uma relutância do Estado Novo em envolver o capital estrangeiro nas colónias. A desconfiança era a tônica de Salazar, bem como o “receio” da modernização. Este isolacionismo era contrariado por uma maior abertura nos países vizinhos que, fruto da imigração, resultou num efeito contágio que estaria na base da formação da FRELIMO em

⁵⁷ Numa entrevista ao *Le Figaro*, em 1958, Salazar, perante a pergunta se “Portugal seria uma potência colonial?”, responde “...não há possessões..., mas pedaços de Portugal disseminados pelo mundo” (Ferreira, 2002, p. 606).

⁵⁸ Portugal tornou-se membro da ONU em 1955.



1962. O mesmo se passou em Angola, em 1958, através de Holden Roberto, mais tarde dirigente da FNLA. Em janeiro de 1960, após a Conferência dos Povos Africanos em Tunes, seria a vez do MPLA. Para Afonso & Gomes (2013, pp. 60-62), estes foram sinais que Salazar recusou.

Em 1960, com a chegada de Kennedy ao poder, os EUA alteraram a sua postura face a África. Para Kennedy, África estava a viver uma revolução. De facto, escassos meses antes, o Congo-Leopoldville tornara-se independente com intervenção dos EUA e da URSS. Para Antunes (2013, p. 40), a Guerra Fria havia chegado às portas de Angola. Porém, esse ano seria dramático para Portugal e ficou marcado por várias “derrotas” diplomáticas. A primeira foi na ONU⁵⁹, a que já aludimos, em que Portugal foi “encostado à parede”. A segunda foi marcada pelo discurso “ventos de mudança” de MacMillan, em 3 de fevereiro, na Cidade do Cabo, reforçando a necessidade de organizar uma **estrutura de segurança regional** dado o afastamento de Londres e Washington⁶⁰. Seguiu-se o massacre de Sharpeville, contra o ANC, no mês seguinte. Ser conotado com o *apartheid*, foi sempre um dos receios de Salazar, pois agravaria, ainda mais, a sua situação na ONU e, por outro lado, incendiaria os movimentos subversivos que começavam a surgir em Angola e Moçambique. Consequentemente, qualquer acordo teria que ser muito reservado. **Podemos considerar 1960 como um ano de viragem que separa dois períodos distintos em termos securitários na África Austral.** A explosão dos movimentos nacionalistas, e as inerentes consequências securitárias, estão refletidas no discurso de MacMillan e revelam um desinvestimento nas colónias, que alterou parcialmente o conceito de ameaça (atores não-estatais). Porém, discordamos de MacMillan acerca do afastamento dos EUA, pois foi precisamente a influência das grandes potências, logo em 1960 no Congo, que marcou o início de um novo padrão na África Austral.

Sublinhamos a indicação inglesa à RAS para organizar uma arquitetura de segurança regional. Este aspeto realça a perceção de hegemonia regional que as potências ocidentais tinham da RAS. Oliveira (2007, p. 214) dá-nos outra visão, ao referir que era em África, e no terceiro mundo em geral, que Londres, seguindo as indicações de Washington, entendia que o Ocidente deveria jogar as cartadas contra a Moscovo. Ou seja, aparentemente, não se iria verificar qualquer afastamento da Inglaterra ou dos EUA.

⁵⁹ “...uma das mais memoráveis e tumultuosas Assembleias Gerais da ONU”, de onde Portugal saiu fragilizado perante os seus aliados, nomeadamente a Inglaterra, a quem acusou de calculismo (Oliveira, 2007, p. 208 e 2014).

⁶⁰ Ver Barroso (2013, p. 107).



O início do conflito em Angola em 1961 mostrou à RAS que seria muito difícil segurar a “linha da frente”. O Niassalândia (Malawi) e a Rodésia do Norte (Zâmbia) iriam ser dois estados independentes com regimes negros, que poderiam apoiar movimentos subversivos, tal como o Congo. No caso da Rodésia do Sul, Salazar tentou jogar uma cartada, ao mostrar que se a Rodésia caísse nas mãos de nacionalistas expunha-se ao pan-africanismo. Por outro lado, se caísse nas mãos de um moderado, poderia incorrer na formação de um governo multirracial, que seria uma ameaça para Angola e Moçambique. A solução passava por manter Ian Smith no poder⁶¹ (Barroso, 2013, pp. 133-242).

Os problemas de Angola assumiram uma dimensão internacional quando a Libéria requereu junto das NU, em 20 de fevereiro de 1961, medidas imediatas para pôr fim à violação dos direitos humanos, acusando Portugal. Contudo, o maior golpe viria a acontecer em 15 de março, quando os aliados de Portugal (EUA e Inglaterra) votaram favoravelmente a Declaração Anticolonialista, que implicava também a RAS (Silva, 1995, pp. 12-13). Segundo Antunes (2013, p. 172), a CIA ponderou vários cenários para Portugal, inclusive a mudança de regime. Uma das reações desta atitude americana para com Portugal, foi a não-assinatura do acordo de utilização da Base das Lajes, prevista para 1962. Apesar disso, os americanos continuaram a utilizar a infraestrutura (Rodrigues, 2000, pp. 53-54). Consequentemente, em 1962 verificou-se uma moderação no discurso anticolonialista dos EUA e uma evidente tentativa de conciliação com as exigências colocadas por Salazar. De certa forma, amenizava-se a fricção entre os dois países (Rodrigues, 2008).

Entre 1961 e 1968, Portugal tentou levar a cabo uma estratégia diplomática⁶², com a RAS, o Malawi e a Zâmbia no sentido de adquirir relevo no futuro da África Austral. Para a RAS seria um desastre se Portugal perdesse Angola e Moçambique⁶³. O Malawi e a Zâmbia apoiavam a subversão e, tal como a Rodésia, integravam o *hinterland*. Por esse facto, Portugal jogava com a necessidade destes países acederem ao mar⁶⁴. Destaca-se ainda a guerra em Moçambique, em 1964, bem como o apoio português⁶⁵ à Declaração Unilateral de Independência (DUI) de Ian Smith, em 1965, com quem Salazar celebrou um acordo de cooperação económica, que, após a DUI, ficaria em perigo relativamente aos EUA e à

⁶¹ Ver também Barroso (2009).

⁶² Ver também Antunes (1995).

⁶³ Palavras do Cônsul da RAS em Luanda ao seu governo em meados de 1965 (Barroso, 2013, p. 234).

⁶⁴ Em 1965, para aceder ao mar, a Zâmbia dependia de duas linhas ferroviárias principais: Congo-Angola e Rodésia-Moçambique. Mais tarde surgiu a linha “Tazara” e a ligação Lusaca-Dar-es-Salaam (Barroso, 2013, pp. 200-218).

⁶⁵ Para Salazar, o eixo Moçambique-Angola-Rodésia-RAS era a única garantia sólida e a única aliada da política do Ocidente em África (Barroso, 2010, p. 112).



Inglaterra. Este era também um trunfo de Salazar para afastar a “condenação” internacional da sua política colonial. Salazar comprometia-se igualmente a procurar o apoio da RAS. Regista-se ainda a passividade de Johnson face à crise rodesiana, embora este apoiasse a Inglaterra no seu *diferendum*⁶⁶ com Ian Smith. (Barroso, 2013, pp. 194-195). No apoio de Salazar a Ian Smith, a diplomacia portuguesa tentou fazer valer à Inglaterra a necessidade de conceder acesso aos países interiores, e demonstrar à Zâmbia e Malawi o que poderiam ganhar nesse sentido (Barroso, 2010, p. 117). Esta opção foi uma “mordida na cauda do leão”, tendo originado uma perda de posições de influência da Inglaterra face a Portugal, concretamente em Moçambique, e reorientou as opções portuguesas na direção da França e Alemanha (Oliveira, 2007, pp. 324-347).

Em 1968 Caetano assume o poder e “...dalí em diante o país tinha de adaptar-se a um homem como os outros”⁶⁷. Este era também o ano do início da consolidação da Aliança ALCORA⁶⁸. Neste período, a situação de Portugal no mundo estava debilitada. Em Angola e Moçambique, esta debilidade refletia-se ao nível militar e financeiro e resultou num pedido de apoio à RAS. Em 1968, a RAS concedeu um empréstimo a Portugal e, em 1968-69, forneceu-lhe apoio aéreo em Angola, numa operação designada de “Bombaim”⁶⁹. Nas suas relações com a RAS e com a Rodésia, Caetano manteve a continuidade (de desconfiança no caso da RAS). Seria a Rodésia que, em 1969 propôs o desenvolvimento do Plano de Contingência para a Defesa da África Austral (PCDAA) que se materializou num pacto militar, preparado para enfrentar um ataque convencional contra os três países (Barroso, 2013, pp. 240 e 284-286).

Em Moçambique, a FRELIMO extendia o seu raio de ação para Tete, através de infiltrações providas da Zâmbia, facto que, em 1970, levou a Zâmbia a ser declarada como o principal inimigo da “Aliança Ímpia”, apoiando todas as atividades subversivas ali desenvolvidas. Contudo, regista-se aqui uma “dupla face” de Pretória, perigosa para Portugal e que tinha por finalidade uma aproximação de Vorster à Zâmbia (*outward policy*) (Barroso, 2013, pp. 223, 243-245 e 327). Em 1970, a Zâmbia apoiava os movimentos: SWAPO, ZAPU, ANC, FRELIMO, COREMO, UNITA e MPLA, sendo vista como uma posição geográfica ideal para infiltração comunista, agravada em 1974 com a ligação ferroviária Lusaca-Dar-es-Salaam (Felgas, 1970, pp. 15, 51 e 59).

⁶⁶ Ver também Oliveira (1974, pp. 68-69).

⁶⁷ In Salazar e Caetano. Cartas Secretas (1932-1968) (Antunes, 1993, p. 87).

⁶⁸ Também designada de “aliança ímpia”. Esta designação havia sido associada a Ainslie (1962) em “*The unholy Alliance: Salazar, Verwoerd, Welensky*”. Ver Barroso (2013, p. 223) e Oliveira (2007, p. 303).

⁶⁹ In Barroso (2013, p. 193).



Em 1969, Nixon chega ao poder nos EUA com a ambição de impedir a expansão comunista, contudo confrontou-se com o agravamento da situação no Vietname. Mandaza (1986) destaca que, entre 1943 e 1978, os EUA investiram milhões de dólares na RAS, tentando edificar de uma estratégia total, cujo objetivo era manter a comunidade branca no poder. Após 1969, esse investimento foi a consequência de um estudo autorizado por Kissinger em 1969, o *National Security Study Memorandum 39* (NSSM 39), que propunha opções futuras de política externa na África Austral com a finalidade de evitar um confronto militar e de salvaguardar os interesses económicos dos EUA. Ou seja, seria necessário adotar políticas reformistas, bem como manter a produção de ouro da RAS e evitar qualquer influência soviética e chinesa naquela região. Barroso (2013, p. 273) refere que o NSSM 39 marcou as relações com os países do “reduto branco”. Porém, Antunes (1992, pp. 122-127) dá-nos a conhecer a resposta de um grupo intergovernamental dos EUA ao NSSM 39, destacando que o documento envolvia também os estados negros (Malawi, Botswana, Tanzânia e Zâmbia). Quanto a Angola e Moçambique, os movimentos não podiam vencer Portugal militarmente, nem Portugal podia eliminar os movimentos...criando-se um “conveniente” impasse continuado. Em suma, mais uma manobra de “dupla face” em relação a Portugal e que aproxima a estratégia americana da estratégia chinesa, já descrita.

Um ano após a proposta da PCDAA pela Rodésia, em outubro de 1970, formalizou-se o ALCORA assente numa estratégia baseada na formulação de objetivos combinados, partilha de informações, adoção de doutrinas comuns e partilha de forças de intervenção. O ALCORA materializava assim o rompimento de um sentimento de desconfiança da década de 1950. Esta estratégia tinha como ponto de referência o relacionamento com a RAS, em complementaridade com o relacionamento de Portugal com os EUA e com a Inglaterra, não obstante o *apartheid* seguido pela RAS. Regista-se ainda a relação direta entre a formalização do Exercício ALCORA e a estratégia de Nixon (Barroso, 2013, pp. 176-177).

McNamara & Meneses (2014, pp. 89-105) defendem que a maior ameaça do ALCORA foi a incapacidade de identificar uma diminuição do compromisso português com a guerra colonial. Os autores realçam também que, entre 1971 e 1974, o ALCORA se resumia a alguns encontros entre oficiais de estado-maior das três forças armadas. Por outro lado, Portugal sofria pressões da EFTA e das elites, que não desejavam um estado pária⁷⁰ ligado a África. Quanto aos aliados, a RAS olhava para Portugal como útil, embora dispensável. Além disso, a operacionalização do ALCORA era muito pobre e caracterizava-

⁷⁰ Estado que desafia as regras impostas por estados mais poderosos (Derghoukassian, 2002, p. 274).



se pelo deficiente comando e controlo (C2) e por falhas na recolha e disseminação de informações. Finalmente, os autores referem-se à ameaça proveniente do interior das forças armadas, da sua exaustão com a guerra e da constatação que o poder político era incapaz de negociar uma solução para a crise.

Segundo Barroso (2013, pp. 357-359), para a RAS, o ALCORA era a operacionalização da sua estratégia para a África Austral, onde dispunha de boas relações com o Malawi e o Congo. O Malawi poderia funcionar como uma base operacional avançada para a RAS e para a Rodésia no seu interesse por Tete. Anos mais tarde, como observámos, o Malawi seria um dos objetivos da RAS, bem como a RENAMO seria um *proxy* da Rodésia e, posteriormente da RAS. Barroso destaca ainda: a postura de Kaunda na sua influência sobre Caetano com o documento de Lusaca, que estaria na origem da independência de Moçambique; a subalternização da crise da Rodésia em relação ao Malawi por parte de Pretória, cuja ação inviabilizou uma aproximação portuguesa, que assim perdeu capacidade e influência; e a aproximação portuguesa à RAS, que deslocou a importância do Atlântico Norte para o Atlântico Sul e para o Índico, contribuindo para a globalização da Guerra Fria.



Conclusões

“O passado já não existe. Logo, a interpretação, ou o retrato, do que lá se passou implica imaginação...”
(Trachtenberg, 2006, p. 7)

Nesta dissertação propusémo-nos sintetizar o estado do conhecimento e gerar novas perspetivas orientadas para o papel de Portugal na arquitetura de segurança da África Austral no período compreendido entre 1945 e 1975, no qual acreditámos que, ao resistir à descolonização e ao adotar uma estratégia de aproximação à RAS e à Rodésia no início da década de 1960, Portugal foi determinante para a globalização da Guerra Fria.

Concluimos que existiu uma arquitetura de segurança na forma de complexo, com dois períodos distintos (1945-1960 e 1960-1975), e que a estratégia portuguesa uniu o Atlântico Norte ao Atlântico Sul ao cooptar os EUA para a defesa do “reduto branco”. A investigação gerou novas perspetivas centradas nas consequências securitárias e estratégicas resultantes do fim da presença portuguesa na África Austral, e também na clarificação do papel securitário e estratégico de outros atores no período 1945-1975.

Constatámos que 1960 foi um ano que dividiu dois períodos securitários, destacando: a chegada de Kennedy ao poder e a adoção de uma nova postura face a África; a independência do Congo por pressão da URSS e dos EUA; o discurso “ventos de mudança”, de MacMillan, na Cidade do Cabo, reforçando a necessidade de uma arquitetura de segurança regional; e a Assembleia Geral das NU, que “encostou Portugal à parede” e assinalou o início da sua “resistência” à descolonização. Estes acontecimentos aproximaram Portugal da RAS e da Rodésia, conduzindo à edificação de uma arquitetura securitária, materializada pelo ALCORA, em 1970. O ALCORA tornou possível um alinhamento com a estratégia de Nixon e também a participação da RAS no esforço de guerra português. Após a queda do regime, sublinha-se a presença americana nas ações conduzidas pela RAS em Angola, diretamente e em apoio da FNLA e da UNITA, bem como em Moçambique em apoio da RENAMO, inicialmente por intermédio da Rodésia e, posteriormente, da RAS.

A investigação baseou-se em dois pilares: o concetual e o do estado do conhecimento relativo ao objeto, ligados a um conceito central, a segurança. Também aqui, o ano de 1960 foi marcante. A ambiguidade com que Wolfers havia definido a segurança na década anterior, “...na objetividade, como sendo a ausência de ameaças aos valores fundamentais e, na subjetividade, como a ausência de medo que tais valores fossem...atacados”, não permitia conceber estratégias claras de resposta aos desafios securitários. Contudo, não



ousando contestar o conceito, entendemos que este deveria ser complementado de forma a observarmos melhor a realidade securitária da África Austral. Referimo-nos às cinco variáveis de contexto de Hermann: **prioridades do estado; ambiente internacional; ambiente interno; natureza das ameaças; e estratégias de resposta às ameaças**, que englobam os parâmetros de análise e as variáveis de um complexo securitário.

As **prioridades** traduziam os objetivos políticos do estado. Portugal era um estado-nação, caracterizado por uma fronteira descontínua, em virtude dos “...pedaços de território disseminados pelo mundo...”, particularmente Angola e Moçambique, e por um povo multirracial. O principal objetivo político era a manutenção das colónias, o maior dos interesses vitais, a fonte de identidade nacional alicerçada na memória e a marca de uma “...nação multirracial, una e indivisível”. Constatámos que, na prossecução dos objetivos políticos, Salazar e Caetano “honraram” a ideia de interesse nacional de Richelieu e do entendimento da arte diplomática de Maquiavel. Ou seja, os objetivos políticos suplantaram os interesses pessoais e a moralidade, bem como orientaram a formação de alianças. Neste âmbito destacamos: a aliança entre Salazar e a RAS, mesmo sabendo que, internacionalmente, isso teria uma conotação negativa de associação ao *apartheid*, e incrementaria a agitação dos movimentos de autodeterminação, entretanto surgidos em Angola e Moçambique; o pacto secreto, assinado entre Caetano e a UNITA, em 1971, que obrigaria aquele movimento a colaborar com Portugal contra os seus rivais (principalmente o MPLA); a não-assinatura do acordo das Lajes com Kennedy, em 1962, que teve como consequência um abrandamento da “hostilidade” americana, pela descolonização, face a Salazar; o apoio a Ian Smith, mesmo sabendo que isso iria estragar uma aliança de 600 anos com a Inglaterra; e a formação do Exercício ALCORA, não obstante as pretensões hegemónicas da RAS. No contexto da trilogia aspirações-interesses-objetivos, o assunto “manutenção das colónias” começou a deslocar-se, em finais da década de 1960, do campo dos objetivos/interesses para o campo das aspirações. Para isso contribuiu o alargamento do raio de ação da FRELIMO para Tete, apoiada pela Zâmbia, e também a constatação de que a RAS começava a adotar políticas de “dupla face” ao aproximar-se de Kaunda.

Verificámos que o **ambiente internacional**, de “guerra improvável e paz impossível”, associado à Guerra Fria, foi apenas uma realidade entre as grandes potências. Guerras de menor dimensão, como as que ocorreram em Angola e Moçambique, foram o resultado daquela “paz impossível”. De igual modo, concluímos que eventos associados à Guerra Fria tiveram influência nos acontecimentos da África Austral. Destaca-se em 1955: a crise do Suez, que marcou a chegada das grandes potências a África; o início da guerra do



Vietname, que se prolongou por duas décadas, condicionando a ação das administrações Johnson e Nixon; e a Conferência de Bandung, que despoletou as sublevações contra o colonialismo. Destaca-se ainda: o escândalo Watergate, entre 1972 e 1974, que levou à demissão de Nixon; e a derrota americana no Vietname, em 1975, após a qual os EUA procuraram adotar uma atitude de “reafirmação global” na África Austral.

Constatámos que, na Guerra Fria, os estados viveram num misto entre conflito, desconfiança e aliança. Na sua aproximação à RAS, Portugal evoluiu da desconfiança para a aliança. Contudo, verificámos que, na fase final do regime, existia uma “aliança desconfiada”, dada a aproximação da RAS aos regimes negros. Observámos que, além dos atores principais, EUA e URSS, surgiram também atores-chave conotados com os dois polos, como a Inglaterra, a França, a RAS, a China e Cuba. Em África, os impactos da Guerra Fria deixaram um rasto ideológico, que camuflou interesses políticos, económicos, geopolíticos e estratégicos. Verificámos que apesar de a descolonização não ter sido *per si* um produto da Guerra Fria, foi influenciada por esta. A influência direta registou-se ao nível do apoio político, militar e económico prestado aos vários atores estatais e não-estatais. No caso dos estatais, apontamos os apoios da URSS e da China à Zâmbia e à Tanzânia através de Dar-es-Salaam, bem como a Angola e Moçambique, após as respetivas independências. Também o apoio dos EUA, Inglaterra, França e Bélgica à subida de Mobutu ao poder no Congo, merece realce, tal como o apoio dos EUA à RAS durante várias décadas. Em relação aos atores não-estatais, destacamos o apoio da URSS e da China ao MPLA e à FRELIMO, bem como dos EUA e da RAS à UNITA, à RENAMO e à FNLA, que tinha ligações ao Congo. Existiram ainda outros atores influentes na região, nomeadamente: a SWAPO, do sudoeste africano; o ZAPU e o ZANU, do Zimbábue; o ANC da RAS e, por fim a OUA no apoio aos regimes negros.

Todas estas ações desencadeadas pelas grandes potências simbolizaram a necessidade de (des)equilibrar a balança de poder. Salientamos ainda a influência de algumas lideranças, nomeadamente de Kennedy e Nixon, que tiveram atitudes antagónicas relativamente a Portugal e às colónias. Quanto a Johnson, não obstante a sua ligação maior a Salazar ter sido através do Plano Anderson, acreditamos que o impacto da sua governação deve ser mais aprofundado. Finalmente, concluímos que o apoio dos EUA à invasão de Angola pela RAS, em 1975, ditou uma inversão na política de *containment* iniciada em 1947. Ou seja, se até então os EUA reagiam defensivamente às investidas soviéticas, desta vez precipitaram uma reação e, com ela internacionalizaram a descolonização.



O **ambiente interno** estabeleceu uma relação de causa-feito com o ambiente internacional. Nesta perspetiva, constatámos que a tomada de decisão político-diplomática de Salazar e Caetano teve consequências na arquitetura securitária regional ao “arrastar” os EUA, atraindo assim a Guerra Fria. Ao nível político, regista-se o subdesenvolvimento das colónias, não obstante os esforços para a implementação de reformas socioeconómicas. Este aspeto demoveu os EUA de forçarem antecipadamente a descolonização, temendo que o subdesenvolvimento de Angola e Moçambique fosse eficazmente aproveitado pelos regimes comunistas, inclusive no espaço europeu, onde as ligações com o PCP existiam desde a década de 1950. Por outro lado, o isolamento político internacional expôs a incapacidade de Portugal para alimentar o esforço de guerra, nas suas várias frentes, como ficou comprovado com o pedido de empréstimo à RAS em 1968. Por fim, sublinhamos um evento ocorrido no início da década de 1960, como indicador do descontentamento de uma parte das elites militares, a “abrilada” de 1961. A revolta militar, após 13 anos de guerra, foi o culminar de um processo de extenuação física e moral dos militares, secundarizada pelo regime, face à sua ambição de preservar as colónias. Seria este um dos principais motivos do colapso do ALCORA. Importa ainda destacar a linha ténue, ou até inexistente, que separou as elites militares das elites políticas, logo após a queda do regime e durante o processo de descolonização. Esta situação criou muitos “desencontros” que, após a independência de Moçambique, levaram à saída de Spínola, da liderança da Junta de Salvação Nacional, em setembro de 1974. A partir daí, e até à independência de Angola, em novembro de 1975, o elemento “estado” abandonou África. Em suma, mantiveram-se as prioridades do estado mas, como vimos, os objetivos/interesses transformaram-se em aspirações, inclusive a “sobrevivência”.

O ambiente internacional e interno influenciou a **natureza das ameaças**. Ao nível global, verificámos que o comunismo confrontou ideologicamente a democracia. Em termos regionais, destacamos a emancipação dos regimes negros que, inicialmente geraram movimentos de autodeterminação. Verificámos que Angola e Moçambique se mostraram permeáveis, não apenas às influências globais, mas também às vizinhas. Ao nível global observámos que Cuba foi um *proxy* decisivo da URSS na África Austral, particularmente em Angola. Na África Austral, porque influenciou a intervenção ocidental no Congo, em 1965, que ditou a sua “expulsão” para Angola. Concluimos que Cuba deu ao MPLA uma dimensão maior na luta subversiva, pela sua proximidade e aconselhamento às elites. A vivência ideológica e a liderança carismática de Che Guevara, certamente contribuíram para isso. Por outro lado, Cuba contribuiu para atrair a URSS, servindo de interlocutor com o



MPLA. Por estas razões, acreditamos que Cuba foi também influente da globalização da Guerra Fria, tendo um papel semelhante ao da RAS ao atrair a potência global. No caso de Moçambique, observámos que a rejeição do apoio cubano pela FRELIMO, em 1967, atenuou a sua postura subversiva, mesmo considerando que a inexistência de outros movimentos de realce naquele território, também contribuiu para isso. No contexto dos dois territórios, verificámos também que o Congo, a Zâmbia, o Malawi e a Tanzânia, corroeram, através das suas fronteiras, a estabilidade interna das províncias, apoiando os seus vários movimentos. Por outro lado, os movimentos de pessoas, entre estes países e as províncias portuguesas, confrontaram as populações com os benefícios do investimento económico. A via-férrea, que ligou Lusaca a Dar-es-Salaam, foi uma dessas consequências, que permitiu eliminar dependências geográficas, mas que veio acompanhada de ameaças para o “reduto branco”, ao permitir o apoio logístico na profundidade, aos vários movimentos subversivos. Constatámos que Portugal aderiu à EFTA em 1960 e que, simultaneamente, se aproximou da França e da Alemanha. Esta situação poderá ter influenciado negativamente as relações diplomáticas com os EUA e a Inglaterra. Por fim, como verificámos, após setembro de 1974, Angola ficou entregue a si mesma, aos movimentos e às influências.

Ao longo de todo o período em análise, Portugal procurou combater as ameaças definindo **estratégias de resposta**, evitando o desequilíbrio da relação *ends-ways-means*. Para tal recorreu à diplomacia, nas suas relações com outros países e organizações, e à guerra, entre 1961 e 1974, como continuação da sua política interna por outros meios. Ao nível diplomático, Portugal foi hábil e resiliente num aspeto central: a camuflagem do seu regime autocrático (política interna), incompatível com a política internacional. Este “jogo de dois níveis” foi jogado no patamar do posicionamento geoestratégico europeu e africano. O triângulo estratégico português no Atlântico Norte, com as Lajes no vértice mais valioso, permitia o reforço rápido da Europa. A sua importância ditou que o país (com um sistema político autocrático) fosse membro fundador da OTAN em 1949 e que a sua aliança com os EUA o ajudasse a resistir à descolonização, nomeadamente na era Kennedy. Relativamente à África Austral, concluímos que a questão geopolítica enquadrava todo o problema securitário regional, que assentava na defesa do “reduto branco”, baseado em três estados: a Norte, Portugal, com Angola e Moçambique, como linha de defesa avançada e proteção de flancos na contenção ao avanço do comunismo; no Centro-Norte, a Rodésia, como ponto focal, cuja conquista comunista levaria a uma corrosão do interior do reduto e, conseqüentemente, a um assalto à sua profundidade; e a RAS, que materializava a profundidade, bem como a porta de entrada das potências ocidentais, e ainda a charneira



entre o Índico e o Atlântico. A queda de um estado ditava o fim do reduto! Para Portugal, resistir à descolonização, assegurava a sobrevivência (interesse vital) do regime e *quicá* do estado. Ao nível da guerra, Portugal confrontou-se com seguintes desafios: a necessidade de alimentar vários teatros de guerra em simultâneo (Angola, Moçambique e a Guiné); a enormidade da área de operações correspondente aos territórios de Angola e Moçambique; a escassez de infraestruturas existentes; a longa extensão das linhas de comunicações; a grande distância entre os teatros de operações e a zona do interior (Portugal); e, finalmente, a tipologia de guerra (contrassubversiva).

Num misto de guerra e diplomacia, o regime resistiu, até que a relação *ends-ways-means* se tornou insustentável ditando o seu colapso, e também do ALCORA. Neste âmbito, entendemos que a recusa de Ian Smith em intervir em Moçambique, em agosto de 1974, se traduziu num incumprimento do PCDA e, conseqüentemente, no fim do ALCORA a três. Os *ends* mantiveram-se, porém os *ways* foram enfraquecidos pelo fraco C2 (*means*), pelos objetivos escondidos da RAS (*ends*) e pelo desgaste dos militares portugueses (*means*) após 13 anos de guerra. A saída apressada de Moçambique permitiu a instalação do primeiro governo de inspiração marxista na África Austral e deu o mote para a emancipação dos regimes negros nesta região. Seguiu-se Angola e o vazio de poder, com Cuba e a RAS, os *proxies* da URSS e dos EUA, respetivamente, que chegaram depois e globalizaram a Guerra Fria.

Em suma, consideramos ter respondido ao problema formulado, reforçando o papel de Portugal na globalização da Guerra Fria e o facto de a queda do regime ter originado uma evolução na arquitetura securitária devido à ocorrência de uma transformação interna, que alterou a polaridade na África Austral. É precisamente neste ponto que, dando cumprimento ao objetivo geral definido, passamos a destacar um conjunto de **novas perspectivas ou questões** a investigar futuramente, aglutinadas por dois temas.

TEMA 1: Período 1945-1975

Começamos por referir que o afastamento político-diplomático português em relação aos anglo-americanos, em 1956-57, e a conseqüente aproximação aos franceses e alemães pode ter influenciado a “resistência” à descolonização. Surge a questão:

1.1 Que influência terá tido a aproximação aos franceses e alemães nas relações entre Portugal, os EUA e a Inglaterra desde 1960?

Acreditamos que o Congo e o Malawi tiveram uma interferência maior que a conhecida na arquitetura securitária da África Austral. No caso do Congo, entendemos que poderá existir uma ligação entre a tomada de poder de Mobutu, apoiada pelos EUA,



Inglaterra, França e Bélgica, e os acontecimentos em Angola. Percebemos que a subida de Mobutu ao poder, em 1965, ditou o afastamento cubano. Porém, também constatámos que Fidel Castro mantinha boas relações com as autoridades congolosas e que desbloqueou ligações destas aos soviéticos. Adicionalmente, verificou-se que Cuba operou vários anos no Congo-Brazzaville a treinar operacionais do MPLA antes da queda do regime de Salazar. Por outro lado, esta postura americana (de iniciativa face a Mobutu) poderá denunciar que a passividade do comportamento de Johnson para com Salazar (ligados pelo Plano Anderson) era consciente e artificial, logo deve ser explorada.

Verificámos ainda que a política americana na África Austral teve características semelhantes à chinesa, ou seja, havia que impedir, por um lado, que os estados (em concreto Portugal) derrotassem os movimentos de autodeterminação e, por outro, que esses movimentos tomassem o poder. No caso de Portugal, esta estratégia americana procurou gerar dependência que pudesse servir como moeda de troca na negociação das Lajes. Daqui surgem as questões:

- 1.2** Qual era a relação entre os EUA, a tomada do poder por Mobutu, em 1965, e os acontecimentos em Angola?
- 1.3** Qual era o nível de ligação entre Mobutu e as partes em conflito (dupla face)?
- 1.4** Que influência teve Johnson na tomada de decisão de Salazar na África Austral?
- 1.5** Qual a relação entre o início da guerra em Moçambique, em 1964, e o apoio dos EUA à subida ao poder de Mobutu, em 1965?
- 1.6** Qual terá sido o envolvimento dos EUA na fundação da FNLA e da UNITA?

Destacamos o facto de Savimbi ter celebrado um acordo secreto com Caetano em 1971, mas sobre o qual pouco se sabe. Neste contexto:

- 1.7** Qual o teor e o impacto do acordo secreto, de 1971, celebrado entre Caetano e Savimbi?

Sublinhamos as posições do Malawi, face a Moçambique e da Zâmbia, ao nível da África Austral. No caso do Malawi, verificámos ter existido um apoio da RAS por pressão dos EUA no processo de sucessão de Banda na década de 1990. Quanto à Zâmbia, a persistência de Kaunda para com Caetano, em relação ao documento de Lusaca, leva-nos a crer que, também aqui a RAS pode ter tido um papel de interferência, pelo que nos questionamos:

- 1.8** Qual era o nível de ligação entre o Malawi e a RAS no período 1945-1975?
- 1.9** Qual era o nível de ligação entre a Zâmbia e a RAS no período 1945-1975?



Destacamos o facto de Ian Smith não ter obtido “luz verde” de Vorster, em agosto de 1974, para invadir Moçambique, pelo que surgem as questões:

1.10 A “luz verde” de Vorster a Ian Smith carecia de consentimento dos EUA?

1.11 Qual era o nível de envolvimento dos EUA em Moçambique antes da assinatura do acordo de Lusaca, aquando da entrada dos militares soviéticos, em agosto de 1974?

Sabendo que uma das condições impostas por Vorster aos EUA para a invasão Angola, em 1975, era convencer Ian Smith a abandonar a liderança da Rodésia, surge a questão:

1.12 Que objetivos pretendia Vorster ao querer que Ian Smith abandonasse a liderança da Rodésia?

TEMA 2: Período 1975-1980⁷¹

Neste período sublinhamos o facto de a saída de Portugal da África Austral ter provocado uma alteração da polaridade naquela região. Uma das consequências foi o surgimento da RENAMO em 1976-77 como *proxy* da Rodésia e, posteriormente, da RAS, no combate à FRELIMO. Surgem as questões:

2.1 Qual o impacto securitário da saída de Portugal da África Austral?

2.2 Qual o papel dos EUA na eventual continuidade da aliança a dois (RAS e Rodésia) após 1975?

2.3 Qual terá sido o envolvimento dos EUA na fundação e na ação da RENAMO?

Acreditamos que o desenvolvimento destes dois temas trará um contributo para o conhecimento acerca do objeto da investigação.

⁷¹ Em 1980, o “reduto branco” ficou reduzido à RAS, após a criação do Zimbábue.



Fontes bibliográficas

- Acharya, A., 1995. *The Periphery as the Core: The Third World and the Security Studies*, USA: Centre for International and Strategic Studies, York University.
- Adler, E. & Barnett, M., 1998. *Security Communities*, United Kingdom: Cambridge University Press.
- Afonso, A. & Gomes, C. M., 2013. *Alcora, o acordo secreto do colonialismo. Portugal, África do Sul e Rodésia na última fase da guerra colonial*. 1ª ed. Lisboa: Divina Comédia Editores.
- Ainslie, R., 1962. *The unholy alliance: Salazar, Verwoerd, Welensky*. 2nd ed. London: Anti-Apartheid Movement.
- Aldred, K. & Smith, M. A., 1999. *Superpowers in the Post-Cold War Era*. Great Britain: MacMillan Press Ltd.
- Alexandre, M. V., 2005. *A descolonização portuguesa em perspectiva comparada. III Conferência Internacional - FLAD/IPRI - "Portugal, os EUA e a África Austral*. Lisboa, ICS.
- Allison, R. & Williams, P., 1990. *Superpower Competition and Crisis Prevention in the Third World*. 1st ed. New York: Cambridge University Press.
- Andrade, L., 2008. Os Açores e a II Guerra Mundial. In: L. N. Rodrigues, ed. *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerras Mundiais*. Ponta Delgada: Fundação Luso-Americana, pp. 123-138.
- Antunes, J. F., 1992. *Nixon e Caetano. Promessas e Abandono*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Antunes, J. F., 1993. *Salazar e Caetano. Cartas Secretas (1932-1968)*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Antunes, J. F., 1995. *A Guerra de África: 1961-1974 - 2Vol.*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Antunes, J. F., 2013. *Kennedy e Salazar. O Leão e a Raposa*. 1ª ed. Lisboa: D. Quixote.
- Arnold, J. R. & Wiener, R., 2012. *Cold War: Essential Reference Guide*. United Kingdom: Oxford: ABC-CLIO, LLC.
- Aron, R., 1947. Stupide résignation. *Le Figaro*, 21-22 setembro.
- Aron, R., 1948. *Le grand schisme*. Paris: Galimard.
- Aron, R., 1962. *Paix et guerre entre les nations*. , Paris: Calmann-Lévy.
- Åsberg, C. J. & Wallensteen, P., 1998. New threats and new security: The post-Cold War debate revisited. In: U. U. Department of Peace and Conflict Research, ed. *Preventing violent conflicts: Past record and future challenges*. Sweden: P. Wallensteen, pp. 167-202.
- Ash, T. G., 2005. El pasado nos persigue. *El País*, 6 Novembro.
- Bailey, N. A., 1998. *The Strategic Plan that Won the Cold War. National Security Decision Directive 75*. Virgínia: Potomac Foundation.
- Baldwin, D. A., 1995. Security Studies and the End of the Cold War. *World Politics* 48, October, pp. 117-141.
- Barroso, L., 2009. *Salazar e Ian Smith. O apoio de Salazar à Rodésia (1964-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Barroso, L., 2010. O apoio de Salazar a Ian Smith: Uma análise poli-heurística. *Relações Internacionais*, 25 março, pp. 107-118.
- Barroso, L., 2013. Da Desconfiança à Aliança: Portugal e a África do Sul na defesa do “Reduto Branco”. *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies. Journal of the Association for Spanish and Portuguese Historical Studies. Vol 38:1 - Article 10*, 31 12, pp. 176-199.
- Barroso, L., 2013. *Salazar, Caetano e o Reduto Branco*. 2ª ed. Lisboa:: Fronteira do Caos Editores.
- Bar-Siman-Tov, Y., 1984. The Strategy of War by Proxy. *Cooperation and Conflict* 19 (4), 1 January , p. 263–273.



- Beard, C. A., 1966. *The Idea of National Interest: An Analytical Study in American Foreign Policy*. Chicago: Quadrangle.
- Bellany, I., 1981. *Security and Identity in Europe*. Oslo, ECPR Workshop .
- Betts, R. F., 2004. *Decolonization*. 2nd ed. New York: Routledge.
- Birmingham, D., 2009. *The decolonization of Africa*. 2nd ed. London: UCL Press.
- Bloom, W., 1990. *Personal Identity, National Identity, and International Relations*., Cambridge: : Cambridge University Press.
- Booth, K. & Wheeler, N. J., 2008. *The Security Dilemma: Fear, Cooperation and Trust in World Politics*. London: Palgrave Macmillan.
- Bradford, A. J. D., 2010. *Os Açores na geopolítica do Atlântico*. Comando Operacional dos Açores ed. Ponta Delgada: Nova Gráfica, Lda..
- Brimley, S., 2009. *Crafting Strategy in an Age of Transition*. [Online] Available at: <http://strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/parameters/articles/08winter/brimley.pdf> [Accessed 6 janeiro 2014].
- Bryman, A., 2012. *Social research methods*. 1st ed. United Kingdom: Oxford University Press.
- Burchill, S. et al., 2005. *Theories of International Relations*. 3rd ed. New York: Palgrave MacMillan.
- Burnham, J., 1941. *The Managerial Revolution*, USA: s.n.
- Buzan, B., 1991. New Patterns of Global Security in the Twenty-first Century. *International Affairs*, July, Volume Vol. 67, No. 3, pp. 431-451.
- Buzan, B. & Hansen, L., 1999. *The Evolution of International Security Studies*. 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buzan, B. & Weaver, O., 2003. *Regions and Powers*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- Campos, A. d., 1996. *África do Sul. Potencial regional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Cantori, L. J. & Steven, S. L., 1970. *The International Politics of Regions: A Comparative Approach*. s.l.:Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Carr, E. H., 1946. *The Twenty Years Crisis (1919-1939)*. 1st ed. London: McMillan.
- Celestino, M. R. & Gleditsch, K. S., 2013. Fresh carnations or all thorn, no rose? Nonviolent campaigns and transitions in autocracies. *Journal of Peace Research* 50 (3), pp. 385-400.
- CIA, 1957. *The Suez Crisis - A test for the USSR's Middle Eastern Policy*, USA: Office of Current Intelligence - Central Intelligence Agency.
- Clausewitz, C. V., 1976. *Da Guerra*, Lisboa: Perspetivas & Realidades.
- Cohen, I. S. & Tuttle, A. C., 1972. *National security Affairs*. s.l.:A Syllabus.
- Collier, D., 2011. Understanding Process Tracing. *Political Science and Politics* 44, N° 4, October, pp. 823-830.
- Confino, A., 1997. Collective Memory and Cultural History, p.1400. *American Historical Review*, December, pp. 1386-1403.
- Couto, A. C., 2000. Segurança e Estudos sobre a Paz. *Nação e Defesa*, N° 95/96 - Outono/Inverno 2000 - 2ª Série, pp. 21-31.
- Couto, A. C., 2014. *Estudos de homenagem a Abel Cabral Couto*. Lisboa, s.n.
- Derghoukassian, K., 2002. O Estado Cortesão nas RI. A Disputa do Poder e Lucro. *Contexto Internacional*, vol. 24, n° 2, julho/dezembro, pp. 267-328.
- Deutsch, K. W., Burrell, S. A., Kann, R. A. & Jr., M. L., 1957. *Political community in the North Atlantic area. International organization in the light of historical experience*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.



- Dockrill, M. L. & Hopkins, M. F., 2006. *The Cold War, 1945–1991*. 2nd ed. New York: Palgrave MacMillan.
- Dopcke, W., 1998. Uma nova política exterior depois do apartheid? - Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998. *Revista Brasileira de Política Internacional* 41 (1), pp. 133-161.
- Dougherty, J. E. & Platzgraff, R. L. J., 2003. *Relações Internacionais. As teorias em confronto*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Dubow, S., 2014. *Apartheid, 1948-1994*. 1st ed. United Kingdom: Oxford University Press.
- Enuka, C. & Ifeoma, O. C., 2013. China's Foreign Aid to Africa: Socio-Economic Impact of the Tazara Aid Project on Tanzânia. *The Social Sciences* 8 (1), pp. 34-41.
- European Union, 2007. *Transnational Terrorism, Security & Rule of Law - Notions of Security. Shifting Concepts and Perspectives*. [Online] Available at: www.transnationalterrorism.eu [Accessed 3 January 2015].
- Fanon, F., 1963. *The wretched of the earth*. New York: Grove Press.
- Farley, J., 2008. *Southern Africa. The Making of the Contemporary World*. New York: Routledge. Taylor & Francis Group.
- Felgas, H., 1970. *Os Movimentos Subversivos Africanos*. Lisboa: s.n.
- Ferreira, J. J. B., 2002. *Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português. Da Conferência de Berlim à Descolonização*. Lisboa: Hugin.
- Fox, W. T. R., 1944. *The Super-Powers. The United States, Britain and the Soviet Union: Their Responsibility for Peace*. 1st ed. New York: Harcourt Brace.
- Frankel, J., 1969. National Interest: A vindication. *International Journal*, Autumn, pp. 717-725.
- Gaddis, J. L., 1972. *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*. New York: Columbia University Press,.
- Gaddis, J. L., 1997. *We Now Know: Rethinking Cold War History*. 1st ed. USA: Clarendon Press.
- Gaddis, J. L., 2010. Grand strategies in the Cold War . In: M. P. L. a. O. A. Westad, ed. *The Cambridge History of the Cold War. Crises and Détente (Vol II)*. United Kingdom: Cambridge University Press, pp. 1-21.
- Gale, T., 1968. *International Encyclopedia of the Social Sciences*. [Online] Available at: http://www.encyclopedia.com/topic/National_Security.aspx#1 [Accessed 2 January 2015].
- Garcia, F. M. G. P. P., 2001. *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*, Porto: Universidade Portucalense.
- George, E., 2012. *The Cuban Intervention in Angola, 1965–1991. From Che Guevara to Cuito Cuanavale*. 2nd ed. New York: Routledge Military Studies.
- Glanh, G. v., 1996. *Law Among Nations: An Introduction to Public International Law*. 7th ed. Boston: Allyn and Bacon.
- Glaser, C., 2013. Realism. , edited by. In: A. Collins, ed. *Realism*. Oxford: Oxford University Press, pp. 13-27.
- Gleijeses, P., 2002. *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. USA: The University of North Carolina Press.
- Graham, M., 2010. Cold War in Southern Africa. *Africa Spectrum*, 45, pp. 131-139.
- Gray, C. S., 1982. *Strategic Studies and Public Policy: The American Experience*. USA: The University Press of Kentucky.
- Gray, C. S., 2010. *The Strategy Bridge: Theory for Practice*. 1st ed. Oxford: Oxford University Press.



- Greene, B. W., 1980. Toward a Definition of the Term Third World. *Boston College Third World Journal, Vol I, Article 10*, 4 January, pp. 13-36.
- Griffiths, M., Roach, S. C. & Solomon, M. S., 2008b. *Fifty Key Thinkers in International Relations*. 2nd ed. New York: Routledge.
- Grundy, K. W., 1971. *Guerrilla struggle in Africa*. New York: Grossman.
- Halbwachs, M., 1992. *On collective memory*. Coser, Lewis A ed. USA: Library of Congress.
- Hanlon, J., 2010. *Legacies of Conflict, Decolonisation and the Cold War. How the Cold War shaped Mozambique today*, Lisbon (28-29 May) : s.n.
- Hansen, E., 1987. *Africa. Perspective on peace and development*. London and Tokyo: Zed Books and United Nations University.
- Hastings, A., 1997. *The Construction of Nationhood*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Henderson, E. A. & Singer, J. D., 2002. "NEW WARS" AND RUMORS OF "NEW WARS". *International Interactions* 28:2, pp. 165 - 190.
- Hermann, C. F., 1982. "Defining National Security. In: J. F. R. a. S. R. Sturm, ed. *American Defense Policy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 18-21.
- Herz, J. H., 1951. *Political Realism and Political Idealism*. Chicago: University of Chicago: University of Chicago.
- Herz, J. H., 2003. The Security Dilemma in International Relations: Background and Present Problems. *International Relations*, December, pp. 411-416.
- Hinsley, F. H., 1986. *Sovereignty*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hobsbawm, E., 1996. Language, Culture and National Identity. *Social Research, Vol. 63, Nº. 4, Winter*, pp. 1065-1080.
- Horvath, R. J., 1972. A definition of Colonialism. *Current Anthropology, Vol. 13, Nº 1 (Chicago University Press)*, February, pp. 45-57.
- Hurrell, A., 1995. Explaining the Resurgence of Regionalism in World Politics. *Review of International Studies Vol. 21, No.4*, October, pp. 331-358.
- Hutchinson, J., 2005. *Nations as Zones of Conflict*. London: SAGE Publications.
- IDN, 1979. *Nação e Defesa*. Ano IV - n.º 12 - Outubro - Dezembro ed. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Isaacman, A. & Isaacman, B., 1983. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. 1st ed. USA: Westview Press.
- Jaster, R. S., 1986. South Africa and its Neighbours: The Dynamics of Regional Conflict. *Adelphi Papers*, Summer.
- Jena, S. P., 2014. *Political Science - University of Delhi*. [Online] Available at: <http://elearning.sol.du.ac.in/mod/book/view.php?id=1461&chapterid=2241> [Accessed 4 January 2015].
- Jesus, J. D. d., 2012. *A Guerra Secreta de Salazar em África*. Lisboa: D. Quixote.
- Jian, C., 2011. The End of the Cold War and the Third World. In: A. M. K. a. S. Radchenko, ed. *China's changing policies toward the Third World and the end of the global Cold War*. New York: Routledge, pp. 101-121.
- Kacowicz, A. M., 1998. *Zones of Peace in the Third World: South America and West Africa in Comparative Perspective*. New York: State University of New York Press..
- Kansteiner, W., 2002. Finding Meaning in Memory: A Methodological Critique of Collective Memory. *History and Theory, Vol. 41, No. 2*, May, pp. 179-197.
- Katzenstein, P., 1996. Regionalism in Comparative Perspective. *Cooperation and Conflict* 31 (2), pp. 123-159.
- Kaufman, S. J., Little, R. & Wohlforth, W. C., 2007. *The Balance of Power in World History*. USA: Palgrave MacMillan.



- Kegely, C. W. (. & Wittkopf, E. R., 1999. *World Politics. Trends and Transformation*. New York: St. Martins and Worth Publishers.
- Kelsen, H., 1957. *Collective Security under International Law*. Washington DC: United States Government Printing Office.
- Kennan, G. F., 1947. Mr X. The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs - Vol. 26, N. 2*, July, p. 566582.
- Kuppevelt, S. v., 2012. *Insecurity of the Security Dilemma*, Netherlands: Leiden University.
- Lake, D. A. & Morgan, P. M., 1997. *Regional Orders: Building Security in a New World*. USA: The Pennsylvania State University Press.
- Lake, D. & Morgan, P., 1997. *Regional Orders: Building Security in a New World*. Pennsylvania : University Park.
- Langenhove, L. V., 2003. *Theorizing Regionhood - UNU/CRIS e-Working Papers*. [Online] Available at: <http://www.cris.unu.edu/Online%20papers/paper%20regionhood.pdf> [Accessed 01 April 2015].
- Lasswell, H. D. & Kaplan, A., 1950. *Power and Security*. New Haven: Yale University Press.
- Leffler, M. P. & Westad, O. A., 2010. *The Cambridge History of the Cold War*. 1st ed. United Kingdom: Cambridge University Press.
- Legun, C., 1975. *Southern Africa. The Secret Diplomacy*. London: Rex Collins.
- Leonard, R., 1983. *South Africa at War. White Power and the Crisis in Southern Africa*. 1st ed. USA: Lawrence Hill & Company .
- Lippmann, W., 1943. *US Foreign Policy: Shield of the Republic*. Boston: Little, Brown.
- Lippmann, W., 1947. *The Cold War, a Study in U.S. Foreign Policy since 1945*. New York: Harper.
- Luo, Z., 1996. *Sun Tzu's The Art of War*,. Beijing: Foreign Translation Publishing House.
- Mandaza, I., 1986. Southern Africa: US Policy and the Struggle for National Independence. *African Journal of Political Economy - Vol. 1, No. 1 SOUTHERN AFRICA IN CRISIS*, pp. 120-141.
- Mazrui, A., 1967. *Towards a Pax Africana*. London: University of Chicago.
- Mazrui, A. A., 1978. Independent African states and the struggle for southern Africa . In: *The decolonization of Africa: southern Africa and the Horn of Africa (Working documents and report of the meeting of experts*. Warsaw, Poland (from 9 to 13 October): The Unesco Pres, pp. 13-23.
- McDermott, R., 1998. *Risk-Taking in International Politics*. Michigan: University of Michigan.
- McNamara, R. S., 1968. *The Essence of Security*. New York: Harper & Row.
- Meinecke, F., 1998. *Machiavellism: The Doctrine of Raison D'Etat and its Place in Modern History*. USA: Library of Congress.
- Meneses, F. R. d. & McNamara, R., 2014. Exercise ALCORA: Expansion and Demise, 1971–4. *The International History Review, Vol. 36, No. 1*, p. 89–111.
- Meredith, M., 2006. *The State of Africa. A History of Fifty Years of Independence*. 2nd ed. United Kingdom: Free Press.
- Minter, W., 1973. *Portuguese Africa and the West*. 1st ed. New York and London: Monthly Review Press.
- Minter, W., 1994. *Apartheid's Contras. An inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*. 1st ed. United Kingdom: Zed Books.
- Mittelman, J. H., 1981. *Underdevelopent and the Transition to Socialism: Mozambique and Tanzania*. New York: Academic Press.
- Moeira, A. J. A., 1967. *Neutralidade colaborante*. Lisboa: Tipografia Silvas.



- Mohapatra, N., 2011. Significance of Strategic and Military Studies in. *Scholar's Voice: A New Way of Thinking - Vol. 2, No. 1*, janeiro/junho, pp. 92-96.
- Morgenthau, H., 1950. The Mainsprings of American Foreign Policy: The National Interest vs Moral Abstractions. *American Political Science Review*, Vol. XLIV, n° 4.
- Murray, Knox & Bernstein, 1994. *The Making of Strategy*. 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nasu, H., 2001. The expanded conception of security and international law: Challenges to the UN collective security system. In: U. o. Amsterdam, ed. *International Security*. Amsterdam: s.n., pp. 15-32.
- Nation, R. C., 2006. *Regional studies in a global age The New Regionalism*. 2nd ed. USA: U.S. Army War College .
- Neumann, I. B., 2003. A Region-Building Approach. In: F. S. a. T. Shaw, ed. *Theories of New Regionalisms*. London: Palgrave Macmillan, pp. 160-178.
- Ngoma, N., 2005. *Prospects for a security community in Southern Africa: An analysis of regional security in the Southern African Development Community*, s.l.: Department for International Development of UK Gov, Aus Gov and UNESCO.
- Nijman, J., 1993 . *The Geopolitics of Power and Conflict: Superpowers in the International System 1945–1992*. New York: John Wiley.
- Noer, T. J., 1985. *Cold War and Black Liberation: The United States and White Rule in Africa, 1948-1968*. USA: University of Missouri Press.
- Nogueira, F., 1977. *Salazar: estudo biográfico*. Lisboa: Atlântida Editora.
- Nye, J. S. & Lynn-Jones, S. M., 1988. International Security Studies: Report of a Conference on the State of the Field. *International Security*, vol.12, no.4 .
- Oliveira, A. d. O., 1943. "A crise política auropeia e a situação externa de Portugal" (Discurso pronunciado na sessão da Assembleia Nacional, em 22 de maio de 1939). In: *Discursos e notas políticas III* . 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, Lda..
- Oliveira, H. d. A., 1974. *O Assalto à África*. Porto: s.n.
- Oliveira, P. A. d., 2007. *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*. 1ª ed. Lisboa: Tinta da China.
- Onslow, S., 2008. *Former South African Foreign Minister RF 'Pik' Botha in an interview*. Pretoria, 15th July : London School of Economics.
- Onslow, S., 2009. *Cold War in Southern Africa: White Power, Black Liberation*. United Kingdom: Abingdon: Routledge.
- Orwell, G., 1945. *Fifty Essays by George Orwell: You and the Atomic Bomb*. [Online] Available at: <http://gutenberg.net.au/ebooks03/0300011h.html#part33> [Accessed 21 april 2015].
- Paulauskas, K., 2006. The Security Studies: The Status Quo and the Trends. In: M. A. o. Lithuania, ed. *Lithuanian Annual Strategic Review 2006*. Vilnius , Lithuania: Institute of International Relations and Political Science, University of Vilnius Katholike Universiteit Leuven, pp. 209-231.
- Pereira, B. F., 2012. *A diplomacia de Salazar (1932-1949)*. 2ª ed. Lisboa: D. Quixote .
- Porta, D. D. & Keating, M., 2008. *Approachs and methodologies in the social sciences. A pluralist perspective*. 1st ed. United Kingdom: Cambridge University Press.
- Putnam, R. D., 1988 . Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, Vol. 42, No. 3, Summer, pp. 427-460.
- Ranke, L. v., 2011. *The Theory and Practice of History*. Georg G. Iggers ed. London: Routledge.
- Ray, E., Schaap, W., Meter, K. v. & Wolf, L., 1982. *Dirty Work 2. The CIA in Africa*. London: Zed Press.



- Robinson, D., 2009. *RENAMO, Malawi and Struggle to succeed Banda. Assessing Theories on Malawian intervention in the Mozambican Civil War*. Eras Edition ed. s.l.:s.n.
- Rodrigues, L. N., 2000. As Negociações que nunca acabaram. A renovação do acordo das Lajes em 1962. *Penélope* n° 22, pp. 53-70.
- Rodrigues, L. N., 2003. *O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944*. [Online] Available at: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=138> [Accessed 26 maio 2015].
- Rodrigues, L. N., 2004. Missão Impossível: o Plano Anderson e a questão colonial Portuguesa em 1965. *Revista de Relações Internacionais* n° 1, 01 Março, pp. 99-112.
- Rodrigues, L. N., 2006. Os Estados Unidos e a questão colonial portuguesa na ONU (1961-1963). In: M. Franco, ed. *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*. Lisboa: IPRI / Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 61-100.
- Rodrigues, L. N., 2008. *Salazar-Kennedy: a Crise de uma Aliança*. Lisboa: Casa das Letras.
- Rodrigues, L. N., 2010. *O debate sobre as origens da Guerra Fria*. [Online] Available at: http://www.academia.edu/238895/O_debate_sobre_as_origens_da_Guerra_Fria [Accessed 15 maio 2015].
- Rodrigues, L. N., 2010. *Spínola*. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rosamond, B., 2000. *Theories of European integration*. New York: Palgrave.
- Rosas, F., 1994. *História de Portugal. O Estado Novo, vol. VII*. Lisboa,: Editorial Estampa.
- Roseneau, J. N., 1968. National Interest. In: *International Encyclopedia of Social Sciences*. New York: Crowell, Collier and McMillan.
- Rostow, W. W., 1960. *The United States in the World Arena*. 1st ed. USA: Harper & Brothers.
- Rothermund, D., 2006. *The Routledge Companion to Decolonization*. New York: Routledge.
- Russell, G., 2005. Machiavelli's Science of Statecraft: The Diplomacy and Politics of Disorder. *Diplomacy and Statecraft*, 16, p. 227–250.
- Russett, B., 1967. *International Regions and the International System*. Chicago: Rand McNally.
- SADC, 2012. *Southern Africa Development Community. Towards a Common Future*. [Online] Available at: <http://www.sadc.int/member-states/> [Accessed 01 April 2015].
- Salhiy, A. & Bollez, M., 2007. *Democracy, Autocracy and Growth: Theoretical Considerations*. s.l., Conference The Institutional and Social Dynamics of Growth and Distribution, Pisa, 10-12 December.
- Santiago, M. J. T., 2012. *Diplomacia peninsular e operações secretas na Guerra Colonial*. Lisboa: Edições Colibri.
- Santos, J. A. L. d., 1983. *Incursões no domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, P., 2007. *Portugal e a NATO: Diplomacia em Tempo de Guerra (1961-1968)*. Lisboa: ISCTE.
- Sá, T. M. d., 2011. *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*. 1ª ed. Lisboa: D.Quixote.
- Saul, J., 1973. Neo-Colonialism vs Liberation Struggle: Some Lessons from Portugal's African Colonies. *The Socialist Register*, pp. 303-318.
- Saunders, M., Lewis, P. & Thornhill, A., 2009. *Research methods for business students*. 5th ed. United Kingdom: Pearson Education Limited .
- Schlesinger, A., 1967. The russian revolution fifty years after - The origins of the Cold War. *Foreign Affairs, Vol. 46, No. 1* , October, pp. 22-52.



- Schmidt, E., 2013. *Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror*. New York: Cambridge University Press.
- Shah, A. K. & Oppenheimer, D. M., 2008. Heuristics Made Easy: An Effort-Reduction Framework. *Psychological Bulletin*, Vol. 134, No. 2, pp. 207-222.
- Shinn, D. H. & Eisenman, J., 2012. *China and Africa: A Century of Engagement*. 1st ed. USA: University of Pennsylvania Press.
- Shubin, V., 2008. *The Hot "Cold War": The USSR in Southern Africa*. United Kingdom: Pluto Press.
- Sidjanski, D., 1973. Studies in National, Comparative and International Politics. In: D. Sidjanski, ed. *Political Decision-Making Process*. New York: Elsevier Scientific Publishing Company, pp. 1-18.
- Silva, A. E. D., 1995. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). *Análise Social*. Vol xxx (130), pp. 5-50.
- Singer, M. & Wildavsky, A., 1993. *The Real World Order: Zones of Peace, Zones of Turmoil*. New Jersey: Chantam House Publishers.
- Smith, A. D., 2004. *The antiquity of nations*. United Kingdom: Cambridge.
- Smith, M. L. R. & Roberts, S., 2008. War in the Gray: Exploring the Concept of Dirty War. *Studies in Conflict & Terrorism*, 1 May, pp. 377-398.
- Smith, T. W., 1999. *History and International Relations*. London and New York: Routledge: Taylor & Francis Group.
- Snyder, R. C., Bruck, H. W. & Sapin, B., 1962. *Foreign Policy Decision Making: An Approach to the Study of International Politics*. New York : The Free Press of Glencoe.
- Sobral, J. M., 2006. *Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa .
- Sousa, D., 2014. *Literatura marginal - considerações sobre a revolução portuguesa*. [Online]
Available at: <http://literaturamarginalis.blogspot.pt/2014/08/a-nossa-democracia-e-uma-linha-recta.html>
[Acedido em 03 abril 2015].
- Stapleton, T. J., 2010. *A Military History of South Africa. From the Dutch-Khoi Wars to the End of Apartheid*. USA: Praeger Security International.
- Stephanson, A., 1998. *Fourteen Notes on the Very Concept of Cold War*, USA: Columbia University.
- Stephanson, A., 2007. *Fourteen notes on the very concept of the Cold War*. [Online]
Available at: <http://h-diplo.org/essays/PDF/stephanson-14notes.pdf>
[Accessed 09 March 2015].
- Stockwell, J., 1978. *In Search of Enemies. A CIA Story*. 1st ed. USA: W.W. Norton & Company, Inc.
- Strang, D., 1999. Global Patterns of Decolonization, 1500-1987. *International Studies Quarterly*, 35, pp. 429-454.
- Supan, A., 1922. *Leitlinien der allgemeinen politischen Geographie: Naturlehre des Staates*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- Tavares, R., 2004. The Contribution of Macro-Regions to the Construction of Peace: A Framework for Analysis. *Journal of International Relations and Development* 7 (1), 7(1), pp. 24-47.
- Tavares, R., 2006. Por que é a Europa uma região pacífica?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, pp. 97-112.
- Taylor, B., 2012. *The Evolution of National Security Studies*, Australia: Australian National University - National Security College.
- Taylor, M. D., 1976. *Precarious Security*. New York: Norton.



- Teixeira, N. S., 1993. Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico. *Análise Social*, vol. XXXVIII (120), pp. 55-80.
- Telo, A. J., 1987. *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Telo, A. J., 1994. *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Telo, A. J., 1996. *Portugal e a NATO. O Reencontro da Tradição Atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Thompson, W. R., 1973. The Regional Subsystem: A Conceptual Explication and Propositional Inventory. *International Studies Quarterly*, 17(1), pp. 89-117.
- Trachtenberg, M., 2006. *The Craft of International History. A Guide to Method*. Princeton: Princeton University Press.
- Turner, S. P., 2009. Hans J. Morgenthau and the Legacy of Max Weber. In: D. Bell, ed. *Political Thought and International Relations: Variations on a Realist Theme*. Oxford: Oxford University Press, pp. 63-82.
- UN, 1948. *Document:-A/CN.4/2: Preparatory Study Concerning a Draft Declaration on the Rights and Duties of States Memorandum submitted by the Secretary-General - Fundamental rights and duties of States*, New York: UN.
- UNDATA, 2013. *Composition of macro geographical (continental) regions, geographical sub-regions, and selected economic and other groupings*. [Online] Available at: <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm#africa> [Accessed 01 April 2015].
- USGov, 1947. *National Security Act*, USA: Senate and House of Representatives of the USA in Congress.
- Wallensteen, P., 1994. *Preventing violent conflicts: Past record and future challenges*, Sweden: Department of Peace and Conflict Research Uppsala University.
- Walls, W. S. v. d., 2015. *Guerra e Paz. Portugal / Angola (1961-1974)*. 1ª ed. Lisboa: Casa das Letras.
- Walt, S. M., 1991. The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, Vol. 35, No. 2, June, pp. 211-239.
- Walt, S. M., 2005. The Relationship Between Theory and Policy in International Relations. *Annual Review of Political Science*, August, pp. 23-48.
- Waltz, K. N., 2001. *Man, the State and War*. 3rd ed. USA: Columbia University Press.
- Waltz, K. N., 2011. *Teoria das Relações Internacionais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Watson, A., 1992. *The evolution of International Society. A comparative historical analysis*. London and New York: Routledge.
- Weber, M., 1946. *Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press.
- Weigert, S. L., 2011. *Angola A Modern Military History, 1961–2002*. 1st ed. USA: Palgrave MacMillan.
- Westad, O. A., 2007. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- White, H., 1987. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Williams, P. D., 2008. *Security Studies. An introduction*. United Kingdom: Routledge.
- Williams, W. A., 1959. *The Tragedy of American Diplomacy*. New York: World Publishing Company.
- Wimmer, A., 2014. War. *Annual Review of Sociology* 44.
- Wolfers, A., 1952. "National Security" as an Ambiguous Symbol. *Political Science Quarterly*, vol. 67, nº 4, December, Issue Security, pp. 481-502.
- Wolfers, A., 1962. *Discord and Collaboration. Essays on International Politics*. Baltimore: Johns Hopkins Press.



- Wright, Q., 1942. *A Study of War*. 1st ed. Chicago: University of Chicago Press.
- Xiaoping, Y., 2011. *The Security Architecture of South Asia: Problems and Prospects*. Beijing, Institute of Asia-Pacific Studies.
- Yarger, H. R., 2010. Toward a Theory of Strategy: Art Lykke and the U.S. Army War College Strategy Model. In: J. B. J. Bartholomees, ed. *The U.S. Army War College Guide to National Security Issues, Volume I: Theory of War and Strategy 4th edition..* USA: Carlisle Barracks, Strategic Studies Institute, pp. 45-51.
- Zacarias, A., 1999. *Security and the state in Southern Africa*. United Kingdom: Tauris Academic Studies.



Anexo A – África Austral – Mapas e cronologia da descolonização

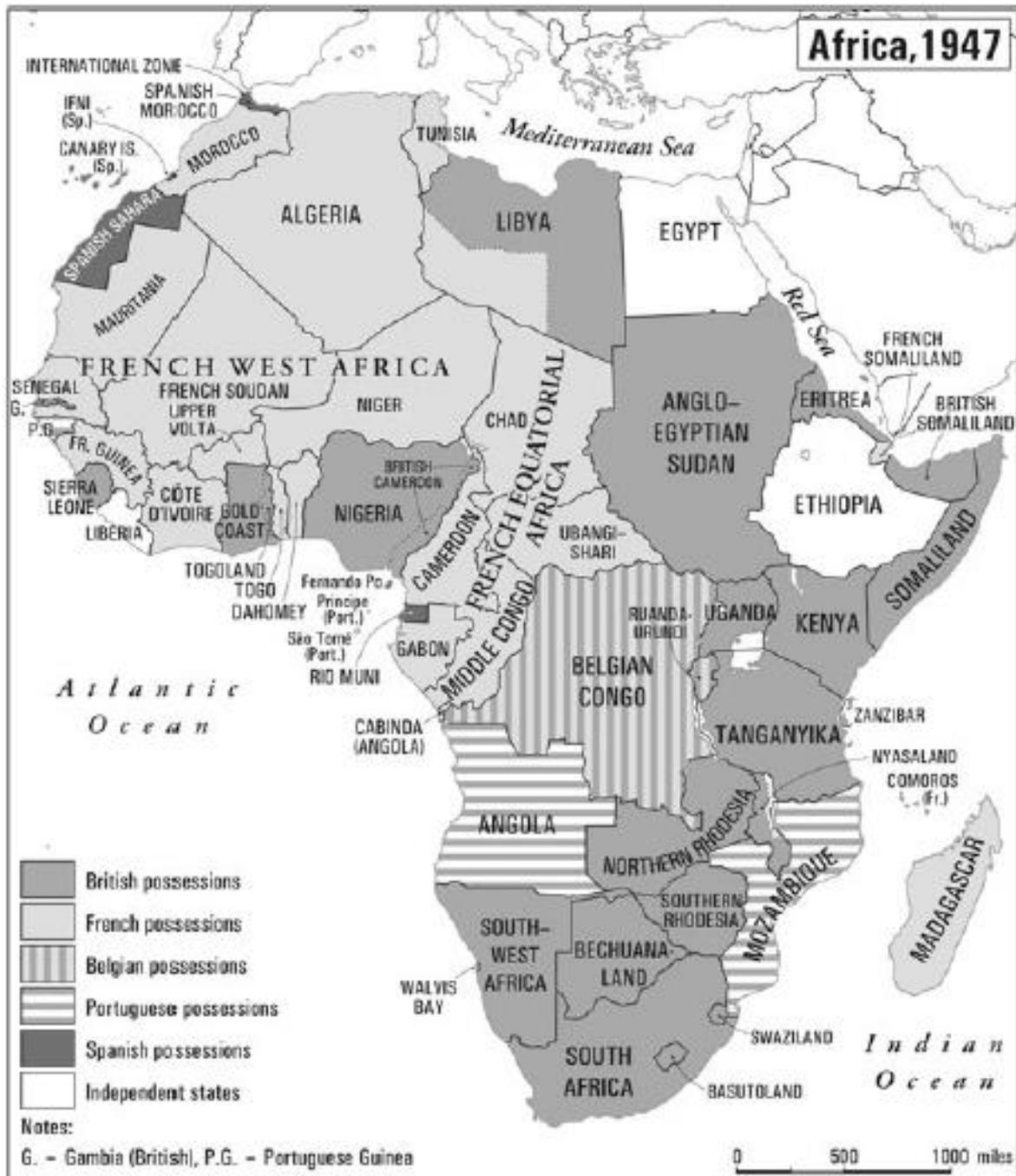


Figura nº 4 – Mapa de África em 1947.

Fonte: (Schmidt, 2013).

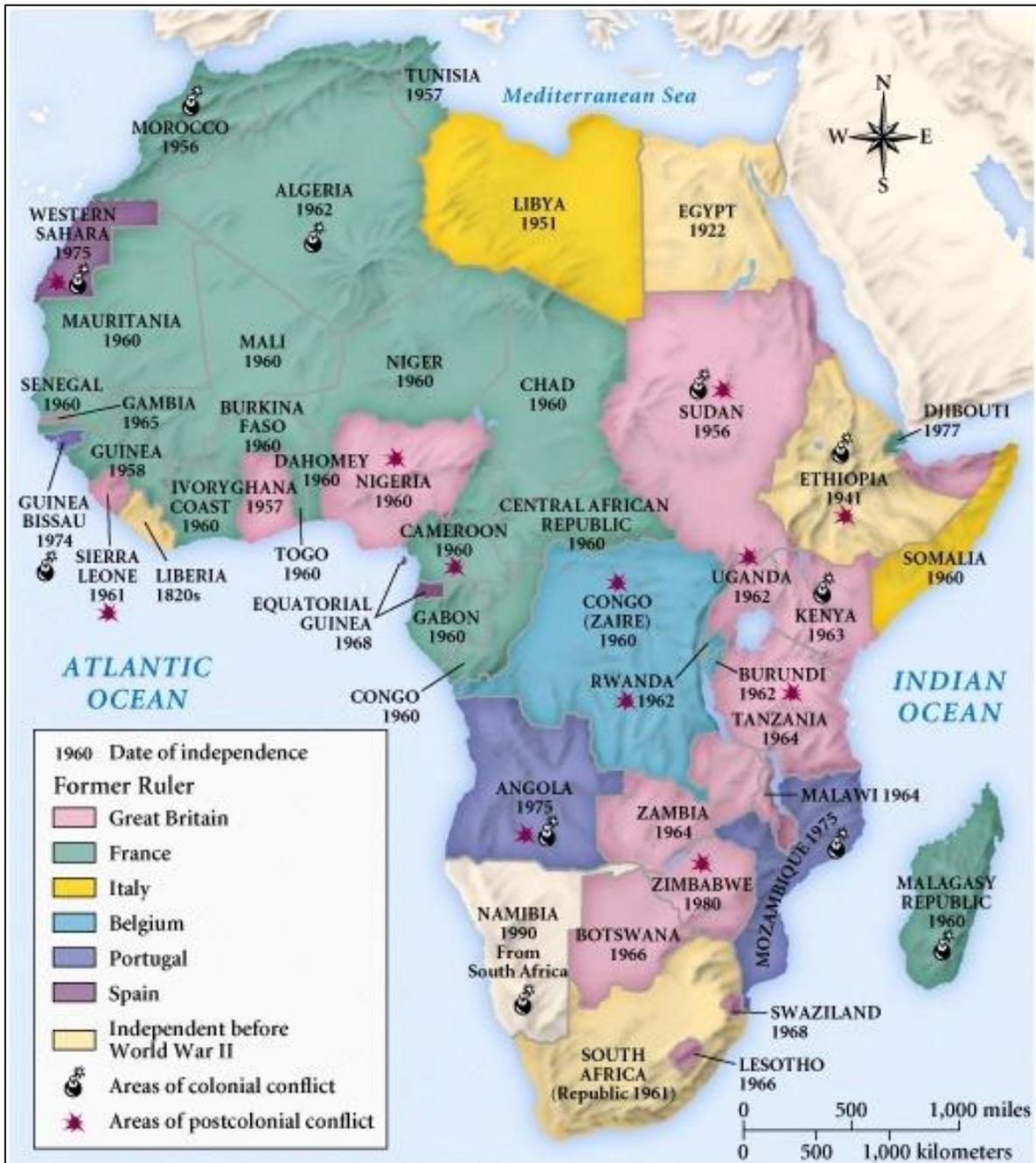


Figura nº 5 – Dados da independência dos países africanos (após descolonização).

Fonte: (Sousa, 2014).



THE 1940s

- 1946 Philippines
- 1947 India and Pakistan [separated from India]
- 1948 Ceylon (Sri Lanka), Burma (Myanmar)
- 1949 Indonesia

THE 1950s

- 1951 Libya
- 1954 Vietnam, Cambodia, Laos [all formerly components of French Indochina]
- 1956 Egypt, Morocco
- 1957 Tunisia, Gold Coast (Ghana), Malaya (subsequently Federation of Malaysia when joined with Sarawak and Northern Borneo in 1963)
- 1958 Guinea

THE 1960s

- 1960 Senegal, Ivory Coast, Mauretania, French Sudan (Mali), Dahomey (Benin), Upper Volta (Burkina Faso) [all emerging from the French West African Federation]; Chad, Gabon, Central African Republic, Congo Republic [all emerging from the French Equatorial Federation]; Madagascar, Nigeria, Republic of Congo (later Zaire, now Democratic Republic of the Congo), Cyprus
- 1961 Republic of South Africa, Sierra Leone, Tanganyika (Tanzania when united with Zanzibar in 1964)
- 1962 Algeria, Uganda, Trinidad and Tobago, Jamaica
- 1963 Singapore (as part of the Federation of Malaysia, but a separate state since 1965), Kenya
- 1964 Nyasaland (Malawi), Northern Rhodesia (Zambia), Malta
- 1965 Rhodesia (Zimbabwe in 1979), Kenya, Maldives
- 1966 Bechuanaland (Botswana), Barbados, British Guiana (Guyana)
- 1968 Swaziland, Mauritius

THE 1970s

- 1970 Fiji, Tonga
- 1973 Bahamas
- 1974 Grenada
- 1975 Angola, Mozambique, Guinea-Bissau, Papua New Guinea
- 1976 Seychelles

THE 1980s

- 1981 Belize (formerly British Honduras), Antigua and Barbuda
- 1984 Brunei

THE 1990s

- 1994 Southwest Africa (Namibia)
- 1997 Hong Kong (handed over by British to China after ninety-nine year lease)

Figura nº 6 – Cronologia da descolonização.

Fonte: (Betts, 2004, pp. 112-113).



Apêndice A – Estrutura e modelo de análise

Na figura 7 podemos ver a ligação entre a estrutura da investigação e o modelo de análise. Começamos por contextualizar o tema na introdução (apresentando os vários atores) com a finalidade de apoiar as “escolhas” conceituais apresentadas no capítulo um. O conceito central é a segurança, em torno do qual giram vários conceitos associados que, como podemos observar, se posicionam nas três dimensões tratadas (Guerra Fria/global, África Austral/regional e Portugal/estatal). Posteriormente, no capítulo dois, mapeamos o nosso objeto, procurando clarificar o que se sabe sobre este tema. Neste âmbito, entendemos que as principais ligações a explorar são Portugal-África Austral-Guerra Fria e/ou Guerra Fria-África Austral-Portugal. Por fim, nas conclusões confrontamos os conceitos com o estado do conhecimento, de onde surgem novas perspectivas de investigação.

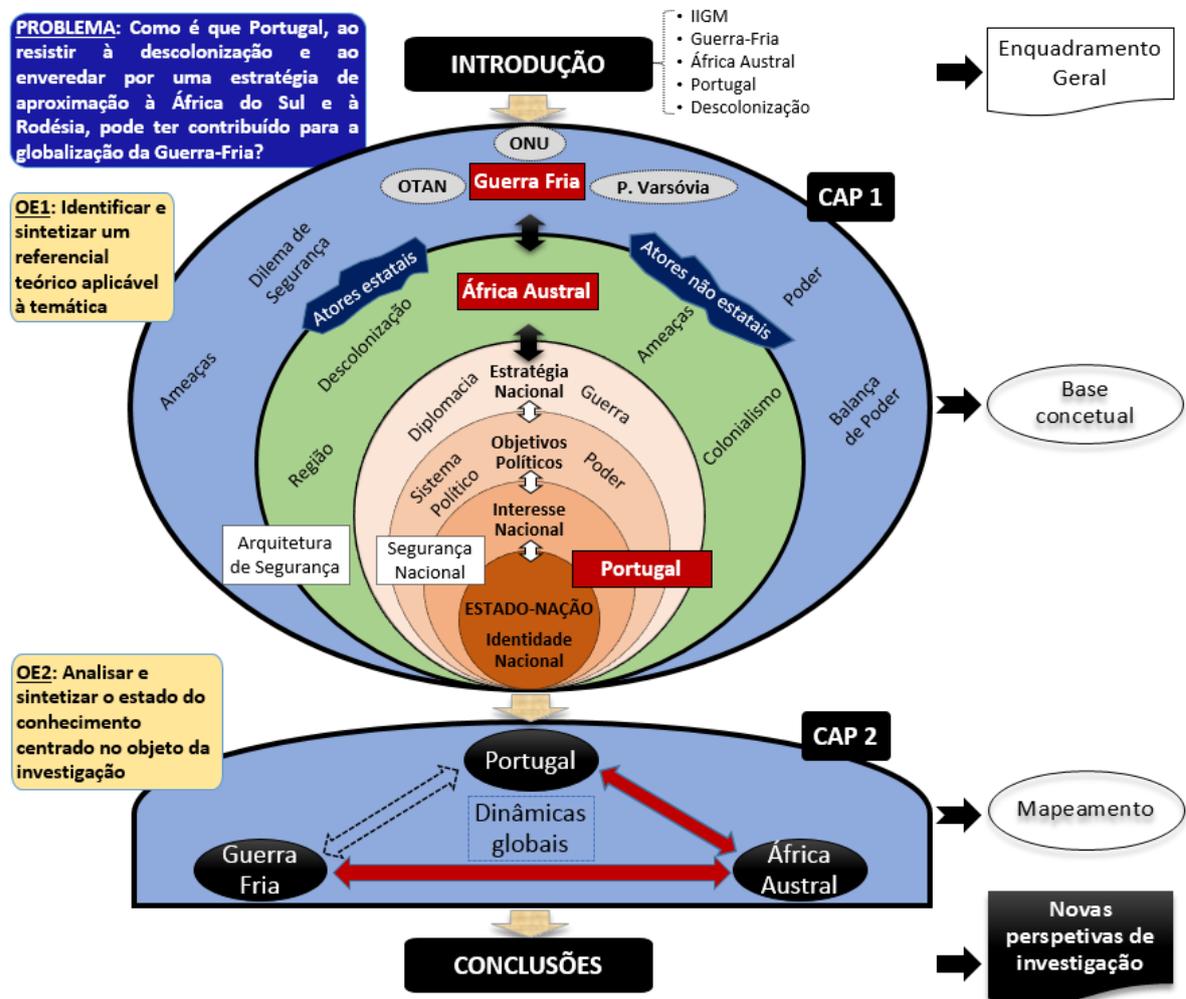


Figura nº 7 – Estrutura e modelo de análise da investigação.

Fonte: Autor.



Apêndice B – Contributos concetuais adicionais e aspetos de contexto

Os contributos adicionais que se seguem não puderam integrar o corpo da dissertação por limites de espaço. Contudo, entendemos que têm potencial para contextualizar os conceitos centrais apresentados no capítulo um.

1. A Guerra Fria enquanto ambiente internacional

GUERRA FRIA e SEGURANÇA

(...)

Bernard Baruch, em abril de 1947, utilizou o termo **GUERRA FRIA** num discurso para descrever as relações entre os EUA e a URSS. O discurso havia sido escrito por Herbert Swope, a quem o termo surgiu por ter pensado na “*the phony war*”, ou “guerra falsa”, utilizada por Hitler em 1939-40. Em resposta, Lippmann refere que havia ido buscar o termo a fontes francesas da década de 1930 “*la guerra froide*” e “*la guerre blanche*”. Porém, antes de Lippmann e Baruch, já dois outros autores se haviam referido ao termo. Falamos de George Orwell (1945), em 1945, no artigo “*You and the Atom Bomb*”, que se refere a uma Guerra Fria para espelhar que a existência de armas nucleares entre as grandes potências punha fim aos conflitos de larga escala prolongando indefinidamente uma “paz que não era paz”. Por fim, apontamos Don Juan de Castela que, no século XIV, caracterizava a natureza da guerra que opunha os cristãos aos muçulmanos na Península Ibérica, como uma “*guera tivia*” (Stephanson, 2007, pp. 4-5). Apesar deste debate, a URSS nunca se referiu ao termo antes de Gorbachev (Westad, 2007, p. 2).

A Guerra Fria foi uma condição que fugiu ao padrão normativo da guerra e da paz. Nas RI, o termo é sinónimo de conflito, desconfiança e hostilidade. Burnham⁷², cit. por Stephanson (1998, p. 5) refere que, quando a guerra e a paz não são declaradas, torna-se difícil dizer quando um conflito acaba e o próximo começa.

(...)

Rodrigues (2010, pp. 1-15) refere-se a três abordagens principais quanto à sua origem. A primeira, ortodoxa ou tradicionalista, em linha com Kennan, é-nos trazida por Rostow (1960) e Schlesinger (1967), em que o primeiro defende que a Guerra Fria surge duma reação defensiva, (*containment*⁷³), face ao expansionismo agressivo soviético. Schlesinger acredita que a Guerra Fria surgiu da adesão da URSS à ideologia comunista e ao regime totalitário, encabeçado por um líder “louco”, Estaline. A segunda abordagem, revisionista, surge por Williams (1959) e é uma inversão da ortodoxa, ou seja, atribui as causas da Guerra Fria ao imperialismo americano. Westad (2007, p. 2) designa esta postura americana de *containment* agressivo. A última abordagem, pós-revisionista, apresentada por Gaddis⁷⁴ (1972), aponta as causas para fatores internos e externos, provenientes de ambos aos blocos.

(...)

A Guerra Fria foi perpetuada sem um confronto armado direto, não obstante o instrumento militar ter sido extremamente desenvolvido e alocado inúmeros recursos, fruto do dilema de segurança. Em contrapartida, passou por várias fases, sendo uma guerra diplomática, de propaganda,

⁷² Autor de *The Managerial Revolution* (1941).

⁷³ Doutrina de contenção criada na administração Truman (1945-1953). O Plano Marshall e o *National Security Act*, em 1947, o pacto de Bruxelas, em 1948, e a criação da OTAN e da República Federal Alemã, em 1949, foram contrarreações.

⁷⁴ Gaddis (1997) deu também um importante contributo para a nova história da Guerra Fria.



económica e ideológica. Foi uma “guerra quente”, pelo seu carácter constantemente eminente (Jena, 2014, p. 21).

Quanto às fases, também aqui existem várias interpretações. Dockrill & Hopkins (2006), em “*The Cold War, 1945–1991*”, destacam que a Guerra-Fria passou por sete fases: (1) origens (1917-45); (2) emergência (1946-52); (3) desafios globais (1953-61); (4) da crise à *détente* (1961-68); (5) declínio (1969-76); (6) nova Guerra-Fria (1977-85); e (7) nova *détente* (1985-91). Bailey (1998), em “*The Strategic Plan that Won the Cold War. National Security Decision Directive 75*”, destaca somente três fases: a 1ª fase (1947-53); a fase de contenção (1953-81) e a fase de *status quo* (1981-89). Entendemos que a abordagem de Dockrill & Hopkins permite uma maior interpretação dos acontecimentos e é mais realista.

(...)

Na Guerra Fria, os estados, enquanto atores principais na cena internacional, davam à **SEGURANÇA** uma perspetiva eminentemente nacional, o que levou Gale (1968) a referir que as origens do conceito de segurança podem encontrar-se nos EUA, nas diferentes formulações do conceito de interesse nacional.

A década que se seguiu à IIGM é considerada por Baldwin (1995, p. 121) como o período “mais excitante” e criativo de toda a história dos estudos de segurança. O autor aponta como principal razão toda a estrutura académica que se construiu em torno deste domínio, a começar pelos EUA onde, em princípios da década de 1940, surgiram duas escolas de RI⁷⁵, bem como, foram estabelecidos centros de investigação em Yale, Columbia e Chicago, e também fundados os fóruns *International Organization* (1947) e *World Politics* (1948), que passaram a funcionar como plataforma de debate académico sobre a segurança nacional (European Union, 2007, p. 8).

(...)

Neste período a principal corrente das RI era o realismo. Segundo Smith (1999, p. 34), o realismo representa uma visão filosófica do mundo e oferece-nos um quadro de interpretação da história em que Tucídides, Aristóteles, Maquiavel e Weber, por exemplo, são algumas das suas referências.

(...)

No período pós-IIGM, pensadores como E. Carr⁷⁶ e H. Morgenthau⁷⁷, tentaram construir um argumento sobre o que os estados poderiam alcançar no mundo competitivo da política internacional (Burchill, et al., 2005, p. 4). Carr (1946) refere-se ao conceito de poder⁷⁸, enquanto condição essencial para a autonomia dos estados e para a sua segurança. A incapacidade dos pequenos estados defenderem a sua soberania leva ao estabelecimento de alianças com estados mais poderosos. Esta condição perdura até hoje e é um aspeto central da nossa investigação. Os conflitos entre estados são o resultado inevitável das suas aspirações incompatíveis, que apenas podem ser tratadas com base na negociação e tendo em conta a balança de poder (Griffiths, et al., 2008b, p. 10). A segurança era portanto uma expectativa de elevado valor, algo factual ou potencial, uma expectativa realista de manter a influência, como observaram Lasswell & Kaplan (1950, p. 61).

Entre 1945 e 1955, Baldwin (1995, p. 122) identifica quatro aspetos associados ao campo dos estudos de segurança, que refletem dificuldades na operacionalização do conceito de segurança. Primeiro, a segurança não era encarada como o objetivo primário dos estados, mas apenas um valor

⁷⁵ Universidade Johns Hopkins e Universidade de Columbia.

⁷⁶ *The Twenty Years Crisis (1919-1939)* (1946).

⁷⁷ *Política entre as Nações* (1948).

⁷⁸ Em “A política como vocação”, Weber referiu que a política estabelece uma relação entre dominação e poder, que conduz a dilemas éticos e a duas formas de estar na política: uma baseada na ética da responsabilidade e outra baseada nos fins éticos. Esta última era conotada com a irresponsabilidade (Weber, 1946, p. 120).



de importância relativa consoante o tempo e o espaço. Segundo, a segurança nacional era encarada como um objetivo a ser perseguido através de instrumentos militares e não-militares, à mercê da arte de governar. O terceiro enfatiza a prudência na utilização do instrumento militar, associada à consciência do dilema de segurança. Finalmente, Baldwin realça a atenção dada à relação entre segurança nacional e temas como a economia e a liberdade das pessoas.

(...)

O dilema de segurança, associado a Herz (1951) e (2003), foi o principal debate da década de 1950 e uma das consequências dos pressupostos realistas. A ideia de que o aumento das capacidades de um país reduzia a segurança dos demais, resultou numa corrida desenfreada ao armamento. Este paradoxo securitário teve a expressão máxima na produção de armas nucleares (Glaser, 2013, p. 18). Segundo Booth & Wheeler (2008, p. 7), o dilema de segurança refere-se ao papel que o medo pode ter nas atitudes e comportamentos. Para Herz, as causas da guerra residiam na postura defensiva adotada pelos estados (Kuppevelt, 2012, p. 7). Como explicação, Herz (2003) aponta a natureza anárquica do SI e a exposição de uns estados ao risco de uso da força por parte de outros.

(...)

Foi precisamente a importância dada às questões nucleares, ao controlo de armamento e à guerra limitada que transformou a década 1955-1965 na *golden age* dos estudos de segurança (Gray, 1982, p. 45), (Walt, 1991, pp. 213-216). Percebemos porquê, se considerarmos que os estudos de segurança se centram nos quatro S's: estado (*state*); estratégia (*strategy*); ciência (*science*); e "*status quo*", como refere Williams (2008, pp. 2-3).

(...)

Aron (1962) teve também um papel importante como teorizador. Separou a política interna da política externa, sendo a primeira caracterizada pela hierarquia e a segunda pela anarquia. Por outro lado, definiu o SI em três princípios: (1) equilíbrio, semelhante ao da balança de poder de Morgenthau; (2) diferença entre multipolaridade e bipolaridade, onde defende a primeira, pois na bipolaridade o conflito é inevitável e (3) homogeneidade e heterogeneidade, dependendo da semelhança dos regimes e ideologias.

(...)

Na década de 1960, Berkowitz & Bock (1965) surgiram com uma visão de que a segurança nacional visava proteger os valores internos de ameaças externas (descurando as de origem internas). Buzan & Hansen (1999, pp. 28-29) apontam como razão o facto dos estudos de segurança serem na forma de estudos estratégicos⁷⁹, muito focados na dimensão externa da segurança, pois os valores e a coesão interna eram dados como garantidos no mundo ocidental.

(...)

A necessidade de considerar uma ampliação do espectro de ameaças à segurança foi identificada por Taylor (1976, pp. 3-4), para quem uma política de segurança nacional adequada deveria assentar em todos os elementos de poder de um estado, de forma a responder aos perigos, militares e não-militares, bem como internos ou externos.

(...)

Em finais da década de 1970, Portugal, através do Instituto de Defesa Nacional, definiu a segurança nacional como uma condição da nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e em liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o

⁷⁹Abordam a segurança com um foco nas dinâmicas militares, tratando temas como a proliferação nuclear a *deterrence* e a corrida ao armamento. Para McNamara (1968, p. 150) o conceito de segurança nacional era incorretamente vinculado à dimensão militar, em particular aos meios.



desenvolvimento normal das tarefas do estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas (IDN, 1979, p. 9).

(...)

Quanto Waltz (2011, p. 236) refere que num mundo bipolar não existem periferias, o termo periferia deve ser entendido como não tendo sido objeto de análise ao nível da produção teórica, e não porque as superpotências⁸⁰ ali não tinham influência. Este aspeto permite-nos estabelecer uma ligação com nossa investigação.

Nas várias tentativas de concetualizar a segurança, Bellany (1981, p. 102) apresenta-nos uma ideia de segurança centrada na guerra. Neste âmbito o autor definiu a segurança como um estado de liberdade relativa face à guerra, juntamente com uma expectativa elevada de que a derrota não vai ser a consequência de qualquer guerra que venha a ocorrer. Já no final da Guerra Fria, Buzan (1991, p. 432) refere-se à segurança como algo que procura estar livre de ameaças e que habilita os estados, e as sociedades, a manterem a sua identidade e independência, bem como a sua integridade e funcionamento. Ou seja, a segurança implica a minimização de um perigo ou ameaça⁸¹ e a segurança nacional lida com a proteção dos valores de uma nação, bem como dos objetivos fixados pelos seus agentes políticos. Desta forma, a segurança nacional pode considerar-se a *alma mater* dos estudos de segurança (Paulauskas, 2006, p. 214).

2. A segurança e as teorias da paz regional

REGIÃO, ARQUITETURA, COMPLEXO, COLONIALISMO e DESCOLONIZAÇÃO

Hansen (1987, p. ix) encara a paz e a segurança como assuntos de vida e morte para toda a humanidade. As teorias da paz regional⁸² associam o conceito de paz ao de região e estão ligadas a autores como Deutsch, et al. (1957), Russett, (1967), Singer & Wildavsky (1993), Lake & Morgan (1997), Adler & Barnett (1998) ou Kacowicz (1998). Russett, (1967, p. 191) define **REGIÃO** como um espaço onde se combinam variáveis geográficas, sociais, culturais e políticas, onde a contiguidade geográfica é um pré-requisito para a identidade regional. Para Lake & Morgan (1997, p. 11), uma região é um conjunto de países ligados geograficamente e por outros fatores comuns, como o nível de desenvolvimento cultural ou as instituições políticas. Katzenstein (1996, p. 130) caracteriza uma região como um conjunto de estados interdependentes no contexto amplo de várias dimensões. Thompson (1973) conclui que um subsistema regional pode ser caracterizado por quatro

⁸⁰ O termo “**SUPERPOTÊNCIA**” foi amplamente divulgado em 1944 por W. Fox, como sendo “uma grande potência com uma grande mobilidade” (p. 21). O termo já havia sido utilizado em 1936 por um amigo de Fox, J. dos Passos, jornalista. Por outras palavras, designa uma nação ou grupo de nações que tem uma posição de liderança ao nível da política internacional, com capacidade de poder e influência. É um estatuto ganho com o passado, com o presente e com o potencial futuro. Nijman (1993, p. 31) refere que a essência de uma superpotência reside no seu impacto global (Aldred & Smith, 1999, pp. 18-19)

⁸¹ De acordo com Cabral Couto (1988, p. 329), uma **AMEAÇA** é qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais. Ou seja, que ameaça é o produto de uma possibilidade por uma intenção. O autor refere ainda que, as ameaças podem ser de natureza variada (militar, económica, subversiva, ecológica, etc.).

⁸² Segundo Tavares (2004, p. 25), o termo “regional” não está definido no Artigo 51 da Carta das NU. O Egipto propôs a seguinte definição, que foi vetada: “deverão ser considerados como arranjos regionais de natureza permanente vários países, agrupados numa área geográfica que, por razão da sua proximidade, interesses comuns, culturais, linguísticos, ou outros, se tornem co-responsáveis pelo estabelecimento da paz num contexto de disputas que possam surgir entre si” (Russett, 1967, p. 4).



variáveis: (1) regularidade e intensidade das interações; (2) proximidade geográfica; (3) reconhecimento interno e externo da região, como uma área distinta; e (4) existência de dois ou mais atores. Também, Tavares (2004), baseado em Neumann (2003), define uma região como uma “construção cognitiva” que transborda as fronteiras do estado e à qual estão associadas uma territorialidade, um grau de singularidade, uma socialização e diferentes princípios (por vezes contraditórios).

(...)

Uma **ARQUITETURA** é uma estrutura e um sistema interdependente que interage com o exterior, em linha com o neorealismo waltziano. Quais serão então as formas de manifestação de uma arquitetura?

Para Tavares (2006, pp. 100-101), as arquiteturas regionais⁸³ podem manifestar-se na forma de **complexos, sociedades, comunidades** ou **entidades políticas institucionalizadas**, sendo que, o nível de integração aumenta na primeira para a última. No nível mais baixo, os **COMPLEXOS** caracterizam-se por baixos níveis de integração e pela existência de conflitos inter-estatais e intra-estatais. O estado é o principal ator internacional na luta pela segurança, sobrevivência e poder. A paz é encarada como ausência de guerra e os instrumentos para a atingir são eficazes quanto à capacidade de dissuasão, mas insuficientes para a obtenção de mais equidade, bem-estar e desenvolvimento. O papel de outros agentes é menosprezado e, por vezes, os estados não são governados por instituições plurais e democráticas. Esta caracterização de Tavares acerca dos complexos leva-nos a aproximar a arquitetura securitária da África Austral a um complexo. Tavares recorreu a oito variáveis para caracterizar cada uma das arquiteturas, conforme quadro seguinte:

Quadro nº 2 – Variáveis que caracterizam as formas de manifestação de uma arquitetura de segurança.

Fonte: Adaptado de Tavares (2006, pp. 100-101).

| Nº | Variável | Definição |
|----|---|---|
| 1 | Nível de integração regional. | Baixo, médio, médio-alto e alto. |
| 2 | Distribuição de poder entre as principais unidades de uma região. | Uni-hegemónica, multi-hegemónica, desequilibrada mas não hegemónica, igualitária. |
| 3 | Fatores que levam ao conflito. | Território, criação do estado ou de autonomia, comércio/recursos, proteção de nacionais no estrangeiro, disputas étnicas/religiosas, apoio a aliados, libertação ideológica, composição do governo, manutenção da integridade do estado/império, aplicação dos conteúdos de um tratado, manutenção da dominação regional, proliferação de armas de destruição em massa, terrorismo. |
| 4 | Potenciais agentes de paz. | Estado, organização regional, sociedade civil regional, agentes económicos regionais. |
| 5 | Instrumentos de paz. | Equilíbrio regional de poder, hegemonia regional, dissuasão nuclear, zonas preferenciais de comércio, identidade regional, integração regional, micro-regionalização. |
| 6 | Padrão de conflito regional. | Propensão para a violência, ausência de violência, comunidade de segurança pluralista, propensão para a paz positiva. |
| 7 | Influência do nível global. | Materializada nas NU, na interferência das grandes potências e nas diferentes intensidades de efeitos da globalização. |
| 8 | Natureza do sistema político dos membros. | Democrático, não democrático. |

Em 1957 Deutsch, et al (p. 5), definiram uma comunidade de segurança como um grupo de pessoas integradas num espaço, onde se gera um sentido de comunidade, conseguida através da criação de instituições e práticas abrangentes que garantem uma coexistência pacífica e plural, ou

⁸³ Definidas pelo autor como Paz Regional e Aglomerados de Segurança.



seja, ausente de violência. Terá a sua teoria de Deutsch sido induzida pela realidade que se vivia em África?

Nesse mesmo ano, Kelsen (1957, p. 1) publicou *Collective Security under International Law*, onde confina o estudo da segurança à “proteção dos homens contra o uso da força de outros homens”. Nasu (2001, p. 2) defende que esta abordagem estava intrinsecamente ligada à proteção do território de ameaças externas o que, em última análise, é visto como a razão de ser da soberania dos estados. A mesma ideia é-nos trazida por Åsberg & Wallensteen (1998), para quem a sobrevivência e a soberania do estado constituem os valores chave de uma comunidade de segurança. Tal desígnio tende a transformar os estados em produtores de segurança. Deutsch (1957, pp. 1-3) dividiu as comunidades de segurança em dois tipos: as amalgamadas e as pluralistas. Nas primeiras, existe uma governação única e, nas segundas, os estados mantêm a sua independência. Eliminamos à partida o primeiro tipo para a nossa investigação. Quanto às pluralistas, dois pré-requisitos são relevantes para a sua existência. O primeiro é a capacidade das unidades políticas responderem às necessidades das outras sem recurso à violência, o que implica hábitos estabelecidos e instituições políticas que favoreçam o entendimento. O segundo é a existência de compatibilidade de valores nos processos de tomada de decisão política. Deutsch deu como exemplo o regime político (democracia) que caracterizava a área do Atlântico Norte. Portugal era uma exceção neste período, o que nos leva a concluir que a compatibilidade de valores não era essencial para a criação de comunidades de segurança. Ou seja, aparentemente, o aspeto crucial que leva à criação de uma comunidade de segurança pluralista é a improbabilidade de guerra entre as unidades políticas que a integram, tal como afirma Rosamond (2000, p. 12 e 205), a que podemos adicionar a existência de uma ameaça militar comum na região ou para lá das suas fronteiras, como sugere Wallensteen (1994, pp. 5-6).

Se compararmos os modelos de complexos regionais de Tavares e de Buzan & Weaver com o modelo⁸⁴ das comunidades de segurança de Deutsch, concluímos que este último não considera o nível doméstico. Como principal razão, apontamos a forma como a segurança era encarada em 1957, somente na sua dimensão externa, tal como a definição de Berkowitz & Bock, de 1965, apresentada atrás. Por outro lado, a análise da eventual, arquitetura de segurança da África Austral, implicará uma consideração de ambos os níveis (sistémico e sub-sistémico). Nye & Lynn-Jones (1988, p. 27) referem que a atenção das grandes potências aos problemas regionais, e à instabilidade do terceiro mundo⁸⁵, existia caso afetasse o seu relacionamento. No contexto da África Austral, comprovamos a atenção dada pelas grandes potências às dinâmicas regionais, bem como à sua interferência nos assuntos internos dos países, com destaque para Portugal, ali representado.

(...)

A procura de respostas leva-nos a considerar dois outros conceitos, o de colonialismo e o de descolonização. Horvath (1972, p. 40) aponta 11 possíveis definições de **COLONIALISMO** de onde destacamos a que associa o termo à dominação racial por parte de colonos. (...) Fanon (1963, p. 36) destaca que a **DESCOLONIZAÇÃO** foi um processo histórico, ou seja, só será entendida e inteligível, se conseguirmos discernir os movimentos que lhe dão uma forma e um conteúdo histórico. A descolonização tem algumas ligações ao anticolonialismo, definido por Betts (2004, p. 114) como um conjunto de ações e manifestações de descontentamento contra a dominação política e controlo económico das potências coloniais.

3. A segurança e o Estado-Nação. Da identidade nacional à ação estratégica

⁸⁴ O modelo foi revisto na década de 1990 por Adler & Barnett (1998).

⁸⁵ Acharya (1995, p. 4) refere-se ao terceiro mundo como “a periferia” e destaca que a tipologia de conflitos nestes estados, por serem maioritariamente intraestatais, reflete um desafio para os estudos de segurança.



ESTADO, NAÇÃO, SOBERANIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE, INTERESSE NACIONAL, OBJETIVOS POLÍTICOS, SISTEMAS POLÍTICOS, TOMADA DE DECISÃO, PODER, ESTRATÉGIA, DIPLOMACIA, GUERRA e GEOPOLÍTICA

Supan (1922, p. 1 e 13) refere que o **ESTADO** é a fundação de toda a civilização e cultura. É uma manifestação complexa que associa um povo a fronteiras fixas. Para tal, define quatro categorias geográficas de um estado: forma, espaço, localização e estrutura. As três primeiras diferenciam os estados, enquanto a última é materializada pela coesão interna. Supan destaca o espaço como o mais óbvio dos indicadores de poder. Para Glanh (1996, p. 51), um estado soberano e independente depende de três elementos: território; população e governo. A **SOBERANIA**, segundo Hinsley (1986, p. 26), é a ideia de que existe uma autoridade política permanente e absoluta, acima da qual nenhuma outra existe.

(...)

Segundo Abbe Sieyes, uma **NAÇÃO** é a totalidade de indivíduos que habitam sob uma lei comum e uma mesma estrutura política (Hobsbawm, 1996, p. 1066). Para Ash (2005), uma nação é uma comunidade imaginária construída com os mortos, os vivos e os que ainda não nasceram, que se mantém unida graças a uma cola chamada memória. Por sua vez, Hutchinson (2005) refere-se à nação como uma zona de conflito.

(...)

Smith (2004, p. 75) refere que sem **MEMÓRIA** não há **IDENTIDADE** e sem identidade não há nação. Para Sobral (2006, p. 2), a pertença a uma nação implica partilhar referências a um passado comum, uma memória, e acreditar que esse coletivo possui características próprias, ou seja, uma identidade. Para Durkheim, a memória tinha um caráter social. Anos mais tarde, Halbwachs (1992, p. 22) aponta para a memória coletiva, que diz ser tão vasta quanto o número de grupos sociais, cujos membros a foram construindo ao longo do tempo e transpondo para o presente. A memória altera-se ao longo do tempo e é o coletivo quem decide o que deve ser recordado. Também Kansteiner (2002, p. 180) se refere à memória coletiva como resultado da interação entre três tipos de fatores históricos: as tradições culturais e intelectuais, que enquadram todas as representações do passado; os produtores de memórias, que seletivamente manipulam essas tradições; e os consumidores de memórias, que usam, ignoram ou transformam tais artefactos de acordo com os seus interesses. Ou seja, o passado é construído não como um facto, mas como um mito que serve o interesse de uma comunidade (Confino, 1997, p. 1400). As identidades nacionais são formas específicas da identidade coletiva (Sobral, 2006, p. 11).

(...)

O conceito de **INTERESSE NACIONAL** surge mais vincado no século no XIX através de L. Ranke (2011, pp. 57-66), embora a sua obra apenas tivesse sido publicada em 1973. Para Ranke, o elemento crucial para os estados não era o poder. O poder era um mero instrumento. O mais importante era a algo “difícil de explicar”, mas que, acima de tudo, representava um conjunto de “forças e tendências espirituais”. Mais tarde, em 1933, C. Beard (1966) publica a obra “*The Idea of National Interest: Com Analytical Study in American Foreign Policy*”, onde invoca o “interesse nacional” como uma fórmula abstrata, sem sentido, quando fora das contingências de uma situação e do conjunto de valores abraçados por quem os aplica. Também J. Rosenau (1968) e J. Frankel (1969) escreveram sobre o conceito. O primeiro considera que o interesse nacional é “o que o decisor político decide”. O segundo considera-o um conceito “excepcionalmente pouco claro”, que pode levar à tentação de interpretações extremas.

(...)



... a sobrevivência implica segurança, que é também uma condição necessária para o bem-estar. Falamos de **OBJETIVOS POLÍTICOS** e, desta forma, percebemos porque é que a ideia de interesse nacional está tão associada ao decisor político e, certamente, à sua identidade. Este aspeto transporta-nos para o papel das várias lideranças que operaram no período em análise e o quanto estas influenciaram o objeto de estudo.

(...)

Relativamente aos **SISTEMAS POLÍTICOS**, no caso de uma autocracia a projeção do líder é controlada, sendo mais fácil moldar atitudes e comportamentos. Estes regimes apenas se alteram através de golpes de estado ou de uma transição para a democracia (Salhiy & Bollez, 2007, p. 2). No caso em estudo, a “abrilada” de 1961 foi uma tentativa de golpe de estado, enquanto a revolta militar de abril de 1974 se traduziu num primeiro passo na transição para a democracia. Celestino & Gleditsch (2013) demonstraram que ações subversivas violentas, na forma de conflito armado, aumentam a probabilidade de transição de um regime autocrático para outro, enquanto mobilizações pacíficas aumentam a probabilidade de uma transição democrática. Após a queda do regime em Portugal, isso não se verificou no espaço africano (transição de um regime autocrático para outro).

Um outro aspeto que também é distinto entre sistemas políticos, e que está intrinsecamente ligado às lideranças, é a **TOMADA DE DECISÃO**. Esta é um processo que, para uma determinada problemática, resulta na seleção de uma opção entre múltiplas, devidamente enquadrada na visão do decisor (Snyder, et al., 1962, p. 90). Sidjanski (Quadro 3) apresenta-nos um quadro concetual de Easton e Deutsch para apoio à decisão baseado em sete critérios: necessidade e oportunidade; fator tempo; motivações e escolhas; natureza e conteúdo; peso das decisões; efeitos; processo de tomada de decisão.

Quadro nº 3 – Critérios para classificação das decisões e sua definição.

Fonte: Adaptado de Sidjanski (1973, p. 6).

| Nº | Critério | Definição |
|----|-------------------------------|--|
| 1 | Necessidade e oportunidade | a. Quanto à necessidade: necessárias vs ótimas. b. Quanto à oportunidade: oportunas vs inoportunas. |
| 2 | Fator tempo | a. Grau de urgência: urgentes vs não urgentes. b. Grau de rapidez: prontas vs morosas. |
| 3 | Motivações e escolhas | a. Tipo de motivação: económica / ideológica / motivadas pelo poder. b. Grau de racionalidade: racionais vs irracionais. c. Grau de intervenção: postura proactiva vs postura reativa. d. Extensão das escolhas: fechadas (sim / não) vs progressivas. |
| 4 | Natureza e conteúdo | a. Grau de complexidade: complexas vs simples. b. Campo das decisões: setor público vs setor privado. |
| 5 | Peso das decisões | a. Grau de importância: importante ou vital vs secundária. b. Impacto: fundamental vs derivada. |
| 6 | Efeitos | a. Grau de generalidade: geral vs específica. b. Grau de reversibilidade: reversível vs irreversível. c. Grau de obrigatoriedade: obrigatória vs opcional. d. Grau de conformidade: conforme vs não conforme e. Grau de implementação: implementada vs não implementada. f. Grau de mudança social: reforma (reformista ou revolucionária) vs administrativa. |
| 7 | Processo de tomada de decisão | a. Classificação de informação: pública vs secreta. b. Grau de participação: decisão fechada (sem participação pública), mista, aberta. |

Sobre **PODER**, Dougherty & Platzgraff (2003, pp. 91-93) referem-se a Spykman, Wolfers e Kindleberger. Para o primeiro, o poder é a capacidade de condicionar o indivíduo, ou a coletividade humana, de forma intencional através da persuasão, compra, troca e coerção. Para o segundo, poder é a capacidade de determinar que outros façam aquilo que queremos que eles façam e que não façam



aquilo que não queremos que eles não façam. Kindleberger entende que poder é a força e a capacidade de a usar de modo eficiente para um determinado propósito. Para Morgenthau, há uma política de luta pelo poder entre homens, grupos sociais e estados, cada um ao seu nível, sendo que estes últimos definem o SI e as condições.

(...)

Para Conrad, cit. por Waltz (2001, p. 255) quando um estado mais forte militarmente goza também de *status quo*, o não uso da força é sinal da sua força. Diríamos também que é sinal de uma estratégia... Earle define **ESTRATÉGIA** como a arte de controlar os recursos de uma nação (ou coligação) para promover e segurar eficazmente os seus interesses vitais contra potenciais inimigos (Mohapatra, 2011, p. 92). Murray, et al. (1994) consideram que a estratégia é um processo de constante adaptação às condições e circunstâncias de um mundo onde dominam as oportunidades, a incerteza e a ambiguidade. Gray (2010, pp. 38-39) estabelece que a estratégia é desenvolvida num contexto político, sociocultural, económico, tecnológico, militar, geopolítico, histórico e humano.

(...)

A **DIPLOMACIA** pode ser definida como a arte de convencer sem usar a força (Aron, 1962, p. 28).

(...)

Para Smith & Roberts (2008, p. 379), a **GUERRA SUJA** é uma expressão relacionada com a condução de ações cobertas, como a espionagem, que ocorrem em condições onde os atores políticos lidam com ameaças, reais ou imaginárias, que se acredita representarem uma ameaça extrema a um território.

(...)

A **GEPOLÍTICA** define-se como o estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objetivarem-se em modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da ciência política (IAEM, 1993, p. 9). Desta forma, a geopolítica permite interpretar influências, nexos de causa e efeito e consequências resultantes das relações entre os Estados e outros atores, ou seja, das RI (Gonçalves, 2011, p. 22).